

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – CAMPOS DOS GOYTACAZES
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PLANEJAMENTO REGIONAL DE GESTÃO DE CIDADES

KATARINE DE SÁ SANTOS

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: UMA CUMPLICIDADE POSSÍVEL?

Campos dos Goytacazes
2003

KATARINE DE SÁ SANTOS

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: UMA CUMPLICIDADE POSSÍVEL?

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento Regional de Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ

Campos dos Goytacazes
2003

KATARINE DE SÁ SANTOS

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: UMA CUMPLICIDADE POSSÍVEL?

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento Regional de Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Aprovado em _____ de 2003.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ
Universidade Candido Mendes

Prof. Dr. GAUDÊNCIO FRIGOTTO
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. JULIO CÉSAR CARDOSO RODRIGUES
Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes
2003

*A Guilherme e Gustavo, e a razão do meu
viver...*

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares que me apoiaram nesta decisão de avançar em busca de meus sonhos.

À equipe da Secretaria de Educação de São João da Barra cúmplice nas discussões em busca de mudanças.

Ao professor Gaudêncio Frigotto, pelas importantes contribuições na orientação de leituras e apoio acadêmico, e, principalmente, pelo carinho, paciência e atenção dispensados.

À professora Rosélia Piquet pelas lições ao longo do curso.

Ao orientador José Luis pelas críticas sempre produtivas e a sensibilidade de alimentar um sonho.

Ao amigo Nelson Pimentel, pelo companheirismo que permitiu a divisão de angústias e sonhos durante o curso e na elaboração do trabalho final.

Ao professor Luis Augusto Caldas, colega e parceiro de discussões e ações educacionais.

Ao prefeito de São João da Barra, Betinho Dauaire, pela oportunidade e confiança a mim depositada.

Aos amigos e colegas de turma e a todos que, no espaço cotidiano, contribuíram para que chegássemos até aqui...

“Aprendi com a primavera a me deixar cortar.
E a voltar sempre inteira.”

Cecília Meireles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1- CRISE: A PALAVRA-CHAVE DA ATUAL (DES) ORDEM MUNDIAL...	15
1.1- O processo sóciometabólico do capital e suas crises	16
1.2- As relações críticas entre trabalho e capitalismo	21
2- ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA POSSÍVEL RESPOSTA PARA A CRISE ..	31
2.2- Economia Solidária como possibilidade de autonomia comunitária	31
2.3- Economia Solidária: uma possível resposta para o desenvolvimento local de São João da Barra	36
3- EDUCAÇÃO: CÚMPLICE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	43
3.1- O papel social da Educação	43
3.2- (Re) buscando um novo paradigma	49
4- PROJETO AGENDA: UMA IDÉIA EM CONSTRUÇÃO	62
CONCLUSÃO	72
BIBLIOGRAFIA	
ANEXOS	

RESUMO

A educação, como processo social promotor de mudanças, encontra-se inserida, atualmente, nos projetos que tentam consolidar as Políticas Sociais. Contudo, nem sempre é possível avançar sem vontade política e sem a perspectiva utópica de uma educação voltada para um “saber fazer coletivo”. O presente estudo, ao articular Educação e Economia Solidária como pólos da dialética da emancipação, no contexto de um município do interior que vive as dificuldades de um mundo em mudanças, pretende revelar que as contradições que envolvem pessoas, em cenários adversos, podem ser superadas pela via da solidariedade e de elos sociais que promovem o coletivo.

ABSTRACT

The education, as promotional social process of changes, meets inserted, currently, in the projects that try to consolidate the Social Politics. However, it is not possible to advance without will politics and the utopian perspective of an education directed toward one “collective know-how”. The present study, when articulating Education and Solidary Economy as polar regions of the dialectic of the emancipation, in the context of a city of the interior that lives the difficulties of a world in changes, intend to disclose that the contradictions that involve people, in adverse scenes, can be surpassed by the way of solidarity and social links that promote the collective dimension of social life.

APRESENTAÇÃO

Sim, na minha vida... houve três coisas: a impossibilidade de falar, a impossibilidade de calar e a solidão. (Brecht)

A dimensão consciente de que a escola capitalista é excludente e, quando inclui, o faz para posteriormente excluir, encontra-se recortada na minha memória de crianças das classes populares que, mais tarde, passa a fazer parte do grupo dos privilegiados que conseguem concluir a Escola Pública Básica, apesar das condições materiais adversas.

Essa experiência, somada à condição de estar, no momento, Secretária de Educação do município de São João da Barra, bem como Assistente Social, deram o sentido desta pesquisa que tem, como eixo, a gestão de cidades.

Realizar esse curso de mestrado foi um sonho, pois já, há algum tempo, tínhamos o desejo de avançar no estudo da realidade do município, compreendendo suas características e contradições e buscando nos instrumentalizar para intervir no seu processo de desenvolvimento. Como educadora, assistente social e gestora no setor público, a via foi a educação, sendo o Projeto Agenda a concretização de uma política pública planejada, que foi sendo construída a partir de discussões e reflexões surgidas entre as reuniões da equipe pedagógica que sinalizava para a necessidade de ser criado um projeto político-pedagógico. Este buscava na realidade do próprio município, uma forma de avançar e transformar as questões sócio-econômico-educacionais que pudessem responder aos anseios dessas comunidades, trabalhando com um processo educacional que não fosse reprodutor mas reflexivo e crítico, possibilitando, assim, a melhoria da qualidade de vida e uma forma mais consciente de estar construindo e modificando o seu próprio espaço a partir do conhecimento.

INTRODUÇÃO

Uma das heranças mais duras, mas, também, mais instrutivas que nos deixa o século XX é a lição de que não podemos esperar nenhuma garantia de futuro com base na convicção de que haja leis que trabalhem pelo homem. O que significa colocar no centro do debate o tema da responsabilidade do homem na construção de sua própria realidade, ante a ausência de “garantias legais”; em outras palavras, assumir o alcance que tem a solidão do homem e seus imensos desafios. (Zemelmam, 2000)

O atual contexto do capitalismo internacional é de forte concentração de capital, precarização do trabalho, exclusão social, desemprego estrutural, crise do Estado, dos direitos sociais, da educação, particularmente nos países periféricos. A sociedade encontra-se, portanto, enfraquecida, perdida em seus falar, agir e sentir, no que toca à cidadania e à equidade social.

Diante das mudanças e da sua própria crise, a educação e as instituições que a promovem refletem os problemas da nova ordem econômica, sobretudo pelas transformações que ocorreram no mundo do trabalho, o que torna impossível ignorarmos as diversas contradições que marcam a contemporaneidade.

Trata-se de reconhecer que os indivíduos e as coletividades, povos e nações, as culturas e as civilizações estão inscritos e dinamizados, organizados e desafiados, pelas relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala mundial em toda sua complexidade, histórica e lógica, à qual subsumem-se praticamente todas as outras realidades(...) Este é o âmbito mais ou menos decisivo no qual os novos indivíduos e as novas coletividades se formam, conformam e transformam. (IANNI, 2002)

Nesse momento, palavras como autonomia, autogestão, reflexão crítica, solidariedade, cooperação, diálogo e rede começam a adquirir força e a se tornarem significativas nos discursos dos teóricos que buscam, via caminhos por vezes bem diferentes, alertar ou sugerir respostas para essa época de crise.

A Economia Solidária surge, então, como sendo o possível lugar “da esperança e da redenção dos excluídos, dos desempregados, dos subempregados, dos trabalhadores temporários, dos trabalhadores infelizes.” (BOMFIM, 2003)

Adota-se essa idéia não de uma maneira ingênua ou neutra, mas com uma postura crítica frente a seus aspectos negativos e positivos, com o objetivo de elaborar uma proposta que deflagre a implantação desta forma de produção no município de São João da Barra (anexo 1), dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local, ou seja, com um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar – de maneira sustentável – as condições de vida dos habitantes desse lugar, capaz de estimular e ampliar a participação de todos os atores relevantes. É o chamado “desenvolvimento de dentro para fora, de baixo para cima” que visa, segundo Arruda (2002, p.164) a:

Um tipo diferente de globalização, porque toma como referência do desenvolvimento os potenciais inerentes a cada pessoa e comunidade, grupo humano ou nação, e afirma que são eles próprios os únicos sujeitos legítimos do desenvolvimento. É diferente, também, porque estriba a relação entre esses sujeitos nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade, da complementaridade e da solidariedade.

Situado no Norte Fluminense, São João da Barra é um dos municípios que sofreu de forma mais severa os impactos da modernização capitalista e das políticas predatórias que apagaram seu passado de prosperidade,⁽¹⁾ hoje presente apenas na memória dos que sobreviveram ao tempo.

Porém, não há como ignorar a vocação turística da região ⁽²⁾ além da atividade pesqueira e de todas as demais atividades dela decorrentes. No entanto, a ausência de incentivos, de conhecimentos e de criatividade impedem que os atores sanjoanenses produzam e gerem recursos para uma revitalização do próprio desenvolvimento.

Essa busca é que explica a proposta e a estrutura deste trabalho.

Inicia-se o capítulo 1 estabelecendo-se o cenário em que o trabalho será realizado: faz-se uma breve análise da sociedade capitalista e das suas relações de trabalho. Optou-se pela busca de concepções, processos históricos de cada um dos temas – capitalismo e trabalho - para chegar à explanação de suas crises atuais .

No capítulo 2 mergulha-se na Economia Solidária (ES) propriamente dita, sem deixar

¹ O município alcançou o seu apogeu e a sua importância no século XIX por causa do incremento do porto responsável pelo comércio exterior do Norte Fluminense. O histórico deste crescimento encontra-se no anexo 2.

² O desenvolvimento desse assunto está no anexo 1.

de considerar, de forma dialógica, os questionamentos levantados por vários autores sobre sua validade e viabilidade. Tenta-se, também, embasar, o porquê da seleção dessa forma de produção para ser aplicada no município, como possibilidade de melhoria da sua qualidade de vida

Em seguida, estuda-se o papel e as relações atuais da Educação com a sociedade, enfatizando-se a educação de jovens e adultos (EJA), buscando-se fundamentar a sua importância e a sua função em um programa de Economia Solidária tanto na sua totalidade como no interior de cada unidade cooperativa existente. Para isso precisou-se caracterizar a idéia da educação como parceira de uma gestão desse tipo.

Finalizando, no capítulo 3 tentou-se mostrar de que maneira a educação poderá tornar-se cúmplice da proposta que será construída, buscando propiciar mudanças na sociedade, no indivíduo e no próprio sistema educacional do município.

No capítulo 4 passa-se para a construção da metodologia de uma práxis capaz de começar a mobilizar a comunidade sanjoanense em prol de uma nova organização societária, baseada em princípios de cooperação e solidariedade.

Para a consecução do trabalho, resolveu-se adotar o caminho da análise da bibliografia existente (livros, periódicos, textos na Internet, por exemplo), das entrevistas com professores, economistas e estudiosos dos assuntos, das discussões com equipes das Secretarias Municipais de Governo para, depois, tendo entendido a situação atual do capitalismo e do trabalho, selecionar a forma de produção capaz de possibilitar a melhoria da vida de São João da Barra, e estabelecer a cumplicidade da educação com essa forma de produção, e partir para uma re-flexão ⁽³⁾ pessoal e para a elaboração de uma proposta de implantação da ES no município com a parceria da educação.

É esse, portanto, o grito:

“Há um momento em que, como expressão política, o grito pode representar uma etapa da consciência política das massas que se poderia chamar de momento de rebeldia ou de rebelião. O que é fundamental é que esse momento se converta em momento de revolução”. (FREIRE, 1989)

Que a essa ação assim o seja; que se consiga, efetivamente, sair da palavra para o agir e, assim, contribuir com possíveis mudanças para São João da Barra.

³ Separa-se o prefixo “re” para salientar a idéia de debruçar-se – de novo – sobre algo que já faz parte do conhecimento adquirido.

1- CRISE: A PALAVRA CHAVE DA ATUAL (DES) ORDEM MUNDIAL

O nosso tempo é um tempo paradoxal. É, por um lado, um tempo de grandes avanços e de transformações dramáticas, dramaticamente designadas por revolução da informação e da comunicação, revolução eletrônica, revolução da genética e da biotecnologia. Mas é, por outro lado, um tempo de inquietantes regressões, do regresso de males sociais que pareciam superados ou em vias de o ser: o regresso da escravidão e do trabalho servil; o regresso da alta vulnerabilidade a doenças antigas que pareciam erradicadas (...); o regresso das repugnantes desigualdades sociais... (SANTOS, 2002)

Quando analisa as mudanças e tendências do contexto contemporâneo, esse mesmo autor desnuda a perplexidade dos homens diante de uma realidade complexa como a de hoje:

Vivemos num tempo atônito; (o homem), ao debruçar-se sobre si próprio, descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixados de ser sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser. (SANTOS, 2002)

O emprego das conjunções alternativas na citação do sociólogo português mostra claramente o ir e vir, o ser e o não ser, as dúvidas, os questionamentos e as interrogações que marcam o nosso momento atual, um momento de crise.⁽⁴⁾

O pensar sobre a crise social remete imediatamente os olhares críticos para o capitalismo, o trabalho, o emprego e o próprio desenvolvimento.

⁴ Crise é entendida aqui como um momento de “alteração, desequilíbrio”, um estado de dúvida, incerteza, tensão, conflito”, em que “há ruptura do equilíbrio” anteriormente vigente. (Ferreira, A. B H, 1975)

1.1- O processo sóciometabólico do capital e suas crises

Estudado exhaustivamente por vários teóricos, que vão de Weber e Marx até os que falam da pós-modernidade, como Jameson (1996), sem falar nos pensadores das diversas áreas do conhecimento (economia, sociologia, antropologia, e demais ciências sociais), o capitalismo tem marcado a vida dos seres humanos nos últimos três séculos.

Desses estudos destacam-se duas grandes correntes: a culturalista,⁽⁵⁾ representada por Weber (1864-1920) e a histórica, representada por Marx (1818-1883).

De forma simples e tendo como pressuposto a concepção marxista, o capitalismo pode ser entendido como um determinado modo de produção de mercadorias, gerado em seu sentido histórico, desde a etapa que prepara os tempos modernos, encontrando sua confirmação no intenso processo de desenvolvimento industrial da Inglaterra, a chamada Revolução Industrial do século XVIII.

Por modo de produção compreende-se tanto o modo pelo qual os meios necessários à produção são apropriados, ou seja, tornam-se propriedade dos “ donos” do capital, quanto o modo como as relações entre os homens, no processo de produção, se estabelecem. Tem, portanto, uma base tríplice: a material, consubstanciada pelas relações sociais de produção; a estrutural, representada pelas organizações; a supra-estrutural que envolve teorias, ideologias, política, valores e símbolos, entre outros.

Por essa perspectiva, o capitalismo significa não apenas uma produção de mercadorias, mas também um sistema que transforma a força de trabalho em mercadoria, colocando-a no jogo do mercado como qualquer objeto de troca.

Para Karl Marx, a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca assumem características fundamentais na sociedade produtora de mercadorias tipicamente capitalista. A propriedade privada refere-se aos que possuem os meios (de qualquer natureza) de produção. A divisão social do trabalho cria sociedades em que há divisão de classes, isto é, pessoas, com poder de capital, para serem os donos dos meios de produção e pessoas que, diante de suas necessidades de sobrevivência, tenham a força de trabalho para vender como uma mercadoria em troca de salário. A troca é bem explicada por Catani (1999) quando aborda a questão de que todas as mercadorias são produtos do trabalho humano:

⁵ Essa corrente tenta explicar o capitalismo por meio de fatores externos à economia, a partir da herança de um modo de pensar as relações sócio-econômicas.

Em Marx a mercadoria é concebida, em primeiro lugar, como uma coisa ou um objeto que satisfaz uma necessidade qualquer do homem; em segundo lugar, como uma coisa que pode se trocar por outra. A utilidade de uma coisa faz dela “valor de uso”, isto é, uma utilidade específica para o seu consumidor. Por sua vez, o “valor de troca” ou “valor” caracteriza-se como sendo a relação ou a proporção na troca de um certo número de valores de uso de uma espécie contra um certo número de valores de uso de outra espécie. (CATANI, 1999)

Compreender a categoria “tempo” é fundamental para um estudo que tem a história do capitalismo como pano de fundo:

Os tempos, enquanto criação do espírito, sobrepõem-se, e o recorte conjuntural só adquire sentido quando teoricamente articulado por intermédio das hipóteses e explicações antecipadas as finas tramas da duração estrutural. Hipóteses e explicações que, solidamente articuladas, constroem módulos que seriam capazes de distender-se, visando acompanhar a duração variável da realidade dinâmica que registram (FIORI, 1995)

O processo pelo qual o capitalismo se desenvolveu e chegou ao século XXI foi, segundo Dobb, lento e complexo.

Inicialmente, o capitalismo desenvolveu-se a partir da dissolução da sociedade feudal quando o pequeno produtor obteve sua emancipação (parcial ou completa), livrando-se das obrigações feudais e, logo em seguida, separando-se de sua propriedade e de seus próprios meios de produção (pedaço de terra, gado, utensílios, por exemplo) construídos ao longo da vida ou herdados, foi obrigado a tornar-se dependente do trabalho assalariado para, assim, conseguir sobreviver.

Esse início de capitalismo, a ponta que dará origem a todo processo de acumulação é chamada por Marx de “*acumulação primitiva*”. Caracteriza-se a) pela expulsão direta do trabalhador servil e dos camponeses, ocasionando anexações dessas terras às dos donos das terras; b) pelo empobrecimento e conseqüente endividamento das pessoas, forçando-as a trabalhar para os abastados, a hipotecar e desfazerem-se de seus bens; c) por um crescimento da população maior do que a terra podia suportar, ocasionando a fuga do campo para as cidades em crescimento; d) pelo enriquecimento de alguns camponeses devido à acumulação de capital e de terras.

Surgem, então, o germe do proletariado e generalização da troca em base monetária.

As relações capitalistas de produção amadureceram ⁽⁶⁾ durante dois séculos até a eclosão de outro grande momento – o da Revolução Industrial – que anuncia a passagem do capitalismo de “manufatureiro” a “industrial”, tornando-o o processo coletivo de centenas de trabalhadores.⁽⁷⁾

A partir daí, “a acumulação de capital e a expansão econômica adquiriram aceleração própria” (DOBB, 1977), e as grandes empresas, com base em sociedades por ações, também. A passagem do século XIX para o século XX traduz-se por uma nova visão do mercado mais competitiva e pela consolidação das principais características que Catani chama de “capitalismo tardio”:

O surgimento de oligopólios e monopólios como formas concentradas que unificam o esforço empresarial e abrandam o caráter competitivo, próprio do estágio em que o capital ainda se encontrava atomizado e disperso. (CATANI, 1995)

Assim, nasce a “última fase do capitalismo, o imperialismo” (ROSA LUXEMBURGO, 1987) no século XX e, com ele, um neonacionalismo capaz de provocar as grandes guerras européias e nacionais que eclodiram nessa época.

No final do século, o capitalismo adquire novas características devido ao desenvolvimento científico (eletrônica e informática, principalmente) e à aliança realizada entre ciência, tecnologia e indústria.

“O capitalismo atual é um capitalismo de indústrias gigantescas (...) aparecendo como um espectro multinacional onipresente e disperso” (CATANI, 1995) e com um controle político forte do Estado.

A partir de 1970, para Fiori (2000), algumas tendências se fortaleceram, alguns cortes nos planos geopolíticos, econômico e cultural (como a vitória contundente do pensamento econômico monetarista) e algumas transformações tecnológicas,⁽⁸⁾ econômicas e financeiras

⁶ Podemos exemplificar esse amadurecimento com a produção em escala de fábrica que ocorreu no séc. XVI, a criação das empresas mineradoras e outras empresas com capitais de grande vulto (séc. XVII).

⁷ Mas a mudança foi lenta e gradual: vestígios de manufatura existiam concomitantemente com o fabrico capitalista moderado do processo de produção.

⁸ JAMESON (1996) fala das mudanças provocadas pelo desenvolvimento tecnológico, tanto nas relações sociais de produção como no mundo do trabalho: “(...) a explosão tecnológica da eletrônica moderna e seu papel como principal fonte de lucro e inovação; predomínio empresarial das corporações multinacionais, deslocando as operações industriais para os países distantes com salários mais baixos; o imenso crescimento da especulação internacional; e a ascensão dos conglomerados de comunicação com um poder sem precedentes sobre toda a mídia e ultrapassando as fronteiras” .

(como o esforço gigantesco feito pelos Estados Unidos para se recuperarem da crise em que se encontram) eclodiram, e a globalização surge dentro de um novo arranjo capitalista .

Hoje, o capitalismo vestiu uma nova máscara, embora seu rosto, sendo o mesmo, esteja velho. Na verdade, fala-se no livre mercado como controlador da economia, mas os governos continuam praticando a mesma política monetária e fiscal, embora com fortes restrições impostas pela conjuntura mundial.

As transições que marcam a passagem de um modo de produção ao outro, historicamente jamais ocorrem de maneira tranqüila, sobretudo quando exigem rupturas que envolvem mudanças de mentalidade e o desenvolvimento de uma “nova” consciência.

O capitalismo também apresenta, em sua trajetória, fases de prosperidade, crise e depressão, o chamado ciclo de conjuntura.⁽⁹⁾

A tarefa teórica de revelar que o capital é hoje uma relação social que esgotou a sua fraca dimensão civilizatória e se reduz à barbárie – força bruta, impiedosa, fria e destrutiva de direitos e mutiladora de vidas humanas sob as mais diferentes formas – assume mais do que nunca um sentido ético-político. Ao mesmo tempo, esta tarefa nos ajudará a não alimentar a ideologia de que o capitalismo é eterno e qualificar a luta na construção de um novo projeto societário. (Frigotto, 2001)

Estamos, no início desse novo milênio, vivendo uma crise sem precedentes na história do capitalismo, uma crise que

não encontra precedentes na história, na medida que tem caracteres bem diferenciados, como por exemplo, o desrespeito total às conquistas históricas no campo do trabalho, pois este se submete ao capital, e este, em sua forma globalizada, vai tecendo sua teia de crises, não mais do abstrato capital, mas de realidades materiais concretas feitas de fome, desnutrição, doenças, desemprego crônico, miséria, desumanidade. (MÉSZÁROS, 1997)

⁹ Vários autores estudaram o assunto. Entre eles, Paul Singer (1997) faz uma análise cíclica do desenvolvimento do capitalismo, apontando suas várias crises e arranjos superadores; e Braudel (1995) analisa essas mudanças cíclicas na América Latina. Para exemplificar, segue-se um breve retrospecto do século XX. No ano de 1929, o capitalismo vivencia uma grave crise e durante quatro anos, o mundo assiste à produção, o consumo, o emprego baixarem sem cessar, a ponto do Estado intervir, temeroso de uma revolução de cunho social. Para Singer o indicador dessa crise foi o drama de Wall Street, ou seja, o instante da queda do marco da prosperidade da sociedade norte-americana, a Bolsa de Valores de Nova York. “A amplitude da perda econômica, a dimensão do empobrecimento foram inéditas”, diz ele. A essa crise, seguiram-se quatro anos de depressão e lenta recuperação, desembocando em nova crise violenta no ano de 1938; seguiu-se outra depressão que só terminou poucos anos depois. O mais longo período de prosperidade do capitalismo (1945-1970) deu-se a partir do advento do Estado controlador, surgido logo após o término da Segunda Grande Guerra, pois, diante da destruição de alguns países europeus e do próprio Estados Unidos, (um dos vencedores da guerra), só um Estado Intervencionista poderia recuperar as perdas ilimitadas. A partir dos anos 70, o “ciclo de conjuntura” ressurgiu de forma bem mais frágil. Em razão da proclamada “crise do petróleo” de 1974-75, a economia mundial capitalista sofreu uma profunda crise, que, após recuperação precária, tornou-se mais grave em 1980-82. A partir da década de 90, o capitalismo diante da crise que já vinha rolando desde os anos 70, vivenciou um novo arranjo, já agora sedimentado na conjuntura histórica das mudanças do fim do milênio: sofisticação tecnológica e avanço em vários campos que, desde os anos 80, apontaram para um novo mercado.

Essa crise gerou, em primeiro lugar, uma duplicidade inconciliável na dinâmica do capitalismo:

O capitalismo contemporâneo operou, portanto, o aprofundamento da superação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades, e, de outro, as necessidades de sua auto-reprodução. E, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre o homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (MÉSZÁROS, 1996)

Frigotto (2001) chama a atenção para alguns aspectos dessa crise: a) a ampliação do significado conceitual do capitalismo :

A tarefa teórica de revelar que o capital é hoje uma relação social que esgotou a sua fraca dimensão civilizatória e se reduz à barbárie – força bruta, impiedosa, fria e destrutiva de direitos e mutiladora de vidas humanas sob as mais diferentes formas – assume, mais do que nunca, um sentido ético-político. Ao mesmo tempo, esta tarefa nos ajudará a não alimentar a ideologia de que o capitalismo é eterno e qualificar a luta na construção de um novo projeto societário;

b) a centralidade que adquiriu o capital financeiro especulativo:

...é aquele que detém a informação e conhecimento, o que, em uma sociedade de classes, significa que é a classe burguesa que detem o controle econômico;

c) a concentração econômica :

... nas mãos visíveis do capital, como já assinalamos, estão cada vez mais concentrados os monopólios da ciência, da tecnologia e das redes poderosos de informação orientados para a maximização do lucro.

Trata-se enfim, de uma configuração que produz uma crise geral globalizada que atinge, como se fosse polvo, o mundo todo.

Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo para esta sobreviver algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (MÉSZÁROS, 1996)

1.2- As relações críticas entre trabalho e capitalismo

O capitalismo, como realidade histórica e singular, só pode ser compreendido em sua estrutura dinâmica, por meio do seu movimento que atravessa diversos estágios que estão relacionados ao trabalho, ou seja, o processo histórico compreendido pela forma como os homens produzem os meios materiais, a riqueza.

Para Marx (1982), o sentido do trabalho se constrói a partir da relação do homem com a natureza. Portanto:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana.

Entram aqui novos elementos que complexificam e ampliam o significado exposto no primeiro parágrafo.

Primeiro, a inserção da necessidade do trabalho como deflagrador do intercâmbio homem-natureza. Tem-se aí, implícito, o processo prévio de ideação⁽¹⁰⁾ que se processa no indivíduo para escolher a alternativa que lhe for mais satisfatória e a sua conseqüente ação objetiva que permita a transformação da realidade. É o processo de trabalho propriamente dito, composto pelo objeto, a matéria bruta com que se trabalha; pelos meios, os instrumentos utilizados para transformação da matéria, bem como o ambiente em que ocorre a transformação; pela força de trabalho,⁽¹¹⁾ isto é, a energia humana empregada no processo de transformação pelo produto; pelo valor de uso criado pelo trabalho, que corresponde ao objeto produzido para satisfazer as necessidades humanas e pelo valor de troca, necessário para que o trabalho se torne mercadoria. É possível perceber que o processo de trabalho inclui elementos concretos e abstratos em todas as suas etapas de desenvolvimento.

Ainda analisando a citação de Marx, podemos extrair outra noção fundamental – a de intercâmbio – entre homem / realidade e homens/homens.

Toda objetivação produz uma nova situação, pois realidade e homem, já transformados, não são mais os mesmos: houve influência recíproca sempre dinâmica, já que

¹⁰ Para Mourão (1999) a ideação é sempre determinada pela história humana.

¹¹ A força do trabalho não pode ser confundida com o trabalho uma vez que este é o rendimento daquela.

novas necessidades e novas possibilidades vão surgindo e possibilitando à história um caminhar em direção à construção de sociedades mais complexas.⁽¹²⁾

Todo ato de trabalho, sempre voltado para o atendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, termina por remeter para muito além de si próprio. Suas conseqüências objetivas e subjetivas não se limitam a produção do objeto imediato, mas se estendem por toda a história da humanidade. (IAMAMOTO, 1999).

A partir do momento em que a satisfação individual é atingida, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais e técnicas⁽¹³⁾ que determinam a condição histórica do trabalho. A esse conjunto Marx denominou de relações de produção pois são tecidas entre os homens em torno da produção.

Dessa forma, o trabalho se subordina a determinadas formas sociais historicamente limitadas, de ordem técnica, que caracterizam o modo de produção e passam a determinar a organização e a execução dos processos de trabalho, que, assim, nada mais são do que o produto das relações sociais.

O processo histórico do trabalho passa por três grandes formas sociais em que se teceram relações sociais diferenciadas e marcantes.

O Escravismo

Há 2.500 anos, os gregos adotavam a máxima de Aristóteles “Pensar requer ócio” mas, na realidade, sabiam que tinham de produzir para sobreviver. Contudo, o trabalho (*nec ócio*) não foi esquecido e, para resolver a questão, criou-se o estrato social – escravo – para realizá-lo.

O trabalho, para os gregos, era considerado uma desgraça necessária e estava diretamente ligado à rotina da utilização das mãos, sem criatividade e com utensílios rudes, muitas vezes causando danos físicos, o que os fazia pensar que seria impossível perceber o trabalho como uma atividade significativa em si mesma.

A escravidão era encarada como uma lei natural, e os escravos utilizados para livrar os

¹² A sociedade de modo algum se reduz ao trabalho. As próprias novas necessidades produzidas pelo trabalho dão origem a complexos sociais que não mais fazem parte do trabalho. “Ao conjunto total das relações e complexos sociais que compõe as sociedades em cada momento histórico dá-se o nome de totalidade social”. (PEREIRA, 1999)

¹³ São técnicas, quando os agentes da produção se organizam de acordo com a natureza do trabalho; e sociais quando as relações se estabelecem entre o trabalhador e o proprietário.

cidadãos das tarefas servis. A distinção entre o escravo e o cidadão se baseava em um argumento sutil: o escravo era desprezível, não por trabalhar, mas porque, em um dado momento de sua existência, tinha preferido a servidão ao risco de morrer pela liberdade; os gregos e romanos justificavam a escravidão com base na inferioridade natural dos escravos.

Esse estágio marcou uma relação social bem nítida – senhor e escravo. Ser escravo significava que um homem tinha se tornado propriedade jurídica de outro homem – o cidadão. Do ponto de vista econômico, o escravo era realizador do trabalho, o que produzia, o produtor direto mas, como propriedade de outro homem, era também meio de produção, propriedade que podia ser vendida – mercadoria. A parte que cabia ao escravo, do seu produto de trabalho, correspondia ao mínimo vital, o suficiente para reproduzir sua força de trabalho.

Como o trabalho escravo não incentivava o desenvolvimento da técnica, essa relação social começou a esmorecer.

A escravidão no século IV d.C. já estava em declínio não como resultado de um movimento abolicionista, mas em consequência de mudanças socioeconômicas complexas que substituíram o escravo-mercadoria e, em grande parte o camponês livre por um outro tipo de trabalhador : o colonus (...), o servo.” (FIULLY,1989)

O Feudalismo

O feudalismo, a última etapa no processo histórico das formações pré-capitalistas, sugeriu fundamentalmente a persistência das formas de coerção direta, traduzidas pelo trabalho compulsório sob relações de dominação e de servidão.

Essas relações se concretizavam primordialmente no campo, onde o produtor direto (= servo) não era proprietário da terra e trabalhava para o senhor sob formas de dependência social e jurídica, legitimadas pelo poder político.

Nesse período, o trabalho, como nos diz Carmo (1992), “*não merecia uma preocupação especial na estrutura social e econômica; absorvia, apenas uma pequena parcela de atenção da classe dominante*”, mas era necessário para garantir a sobrevivência da família embora se caracterizasse por ser de baixa produtividade⁽¹⁴⁾ e ditado pelos fenômenos da natureza (como as estações, as chuvas, por exemplo). O trabalho era lento e para Friedmann (1985) “*(...) havia uma sincronia entre o ritmo das rudimentares máquinas e o movimento do corpo que as fazia funcionar (...)*”. Os indivíduos eram, dessa maneira “mentalmente moldados” por esse ritmo de vida.

¹⁴ Não havia uma economia de mercado que comportasse excedentes.

O artesanato, também, era uma prática do feudalismo; os produtos desenvolvidos na área rural eram operados sob a incidência de encargos igualmente pesados a todos que estavam ligados ao feudo, como as terras, os rios, as florestas e os homens. Já a produção artesanal urbana era desenvolvida em pequenas oficinas por artesãos geralmente originários do campo, homens desgarrados de suas famílias e de suas comunidades aldeãs, que viviam marginalizados na cidade. Destituído da posse de instrumentos de trabalho e de matéria-prima, que pertenciam ao mestre-de-ofício, o artesão emprestava sua capacidade produtiva em troca de uma remuneração instável, que variava do pagamento diário ao semanal, trabalhando de oito a dezesseis horas dia.

O regime feudal, que teve seu apogeu entre os séculos XI e XIV, sofreu um lento e quase imperceptível processo de definhamento. Diversos fatores contribuíram para a sua derrocada: a falta de um poder que centralizasse o excesso de leis, impostos e taxas cobrados por feudos e as constantes fugas dos camponeses para as cidades, onde se expandia o livre comércio. Com o surgimento das cidades, ao redor das igrejas ou dos burgos emergiu uma nova classe social – a burguesia - que conseguiu impor gradativamente seus ideais político-econômicos.

A transição do feudalismo para o capitalismo foi ocorrendo durante séculos até o XVIII, e eclodindo, em momentos diferentes, nos países europeus.

O lento processo de ruptura das relações feudais promoveu a separação gradativa do trabalhador dos meios de produção no campo e nas manufaturas. O camponês foi, aos poucos, expropriado e, como o artífice, transformado em trabalhador “livre”, obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. A apropriação dos meios de controle do trabalho passou para o burguês capitalista. Nessa relação burguês / trabalhador, o interesse da produção fez da força de trabalho, mercadoria; o trabalho foi apropriado pelo dinheiro, como salário.

O crescimento econômico da burguesia foi acompanhado pelo seu progresso político: a burguesia tomou o poder, propiciou, assim, as condições históricas para o avanço industrial e deflagrou revoluções nos modos de produção. Essa tomada de poder pela burguesia criou, de um lado, as condições para o rompimento das amarras tradicionais que prendiam os trabalhadores aos seus ofícios e, de outro, “dominou” o trabalhador e ampliou a capacidade de exploração.

Surgiu a figura do trabalhador-proletário em contraposição ao dono do capital. Aquele ficava sujeito a todas as vicissitudes da expansão; tornou-se apêndice da máquina e a sua capacidade produtiva condicionou-se à noção de lucro, isto é, conforme o que seu trabalho

representava na obtenção do seu produto. Estabeleceu-se o domínio do trabalho pelo capital e a mais-valia tornou-se a marca registrada dessa dominação.

Essa é uma questão fundamental para a compreensão do trabalho no capitalismo. Nos processos de produção anterior, o escravo, o servo, o artesão eram categorias que confundiam um sistema individualizado de produção de riqueza com os mecanismos de compulsão. O capitalismo veio e libertou o trabalhador dessa compulsão, derrubando os privilégios das profissões e proclamando a liberdade total da indústria e do trabalhador. Essa liberdade, contudo, acabou por determinar o enriquecimento das classes dominantes, já que a própria liberdade era um móvel da competição no mercado de trabalho. O aumento e o crescimento das indústrias interferiram na distribuição física do trabalhador, na medida em que se estabeleceu a relação capital-trabalho. A burguesia fixou regras de exploração do trabalho e a lei da oferta e da procura acabou por se impor como princípio regulador dessa exploração. O trabalhador industrial passou a se integrar à massa do proletariado, mergulhando numa relação determinada por regras do mercado e do lucro, de um lado, e pelo índice de produtividade, do outro.

Além disso, o capital imprimiu um caráter cosmopolita à economia; o progresso tornou-se acelerado as relações de comércio ampliaram-se e, aos poucos, desaparece o isolamento e as nações criam as independências.

O crescimento burguês foi acompanhado do crescimento inverso do operariado contemporâneo; o progresso econômico não foi acompanhado pelo progresso social.

A articulação trabalho-capital é tão intensa e orgânica que, com a crise do capitalismo, o trabalho entra em crise.

Como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificaram-se as transformações no processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao taylorismo/fordismo;⁽¹⁵⁾ o modelo de regulação social democrático vigente começou a ser solapado pela (des)regulação neoliberal,⁽¹⁶⁾ privatizante e anti-social. Essas transformações afetaram fortemente não só o significado do trabalho como o da classe trabalhadora .

¹⁵ Padrão produtivo capitalista que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril.

¹⁶ Antes de qualquer coisa, é bom registrar como é difícil se definir precisamente o neoliberalismo já que este não constitui um corpo teórico próprio e coerente. Para José Ricardo Cunha (2003) “*o neoliberalismo se define sobretudo e claramente como uma ideologia dominante, ou seja, uma forma de ver a realidade baseada em certos padrões de certo e errado*”

Para Antunes (1999), nesse momento, acentuam-se os elementos destrutivos que presidem a lógica do capital :

Trata-se de uma aguda destrutividade que, no fundo, é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)socialização contemporânea: destrói-se a força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu como embalagem para as mercadorias e seu sistema, mantendo-se , entretanto o circuito reprodutivo do capital.

O processo de estranhamento ⁽¹⁷⁾ do trabalhador, com relação ao processo e ao produto do trabalho, então, agrava-se

Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. E, nesse processo o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, amplia as formas modernas da reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e auto-determinada. Com a aparência de um despotismo mais brando, a sociedade produtora de mercadorias torna, desde o seu nível microscópico, dado pela fábrica moderna, ainda mais profunda e interiorizada à condição do estranhamento presente na subjetividade operatória. (ANTUNES, 2000)

É Ramtin (1997) quem, também estudando a alienação, diz que, hoje, ela engloba uma diversidade de formas, entre as quais a rejeição da vida social, o isolamento, a apatia e o silêncio da maioria e mesmo violência e agressão diretas:

Para os permanentes desempregados e desempregáveis, a realidade da alienação significa não somente a extensão da impotência ao limite, mas uma ainda maior intensificação da desumanização física e espiritual (...). O aspecto vital da alienação deve-se ao fato de que a impotência está baseada na condição da integração social pelo trabalho. Se essa forma de integração social está sendo crescentemente prejudicada pelo avanço tecnológico, então a ordem social começa a dar claros sinais, levando gradualmente a uma desintegração geral.

Agrava-se a alienação do trabalho assalariado, independente do valor do salário, pois implica a submissão forçada do trabalhador às necessidades de reprodução ampliada do capital; converte-se em um processo “no qual o desenvolvimento das forças produtivas

¹⁷ O termo *Entfremdung* utilizado por Marx e Lukács para designar a produção pelos homens de sua própria desumanidade foi traduzido de duas maneiras diferentes: como alienação (para autores como José Paulo Netto, por exemplo) e como estranhamento (para outros como Ricardo Antunes). Como estamos nos referindo e nos apoiando nas idéias de Antunes para embasar este estudo, ficaremos com a sua tradução.

implica, também (portanto, não apenas), a produção de riqueza da classe dominante e da miséria dos trabalhadores.” (ANTUNES, 1997)

Alguns autores, como Arruda (2001), denominam a atual crise do trabalho assalariado como terminal:

Acreditamos que se trata, sim, da crise terminal do trabalho assalariado, um dos pilares da ordem econômica protagonizada pelo capital. O trabalho assalariado e apenas uma das múltiplas formas de organização do trabalho humano na sociedade que a humanidade inventou.

Essa crise do trabalho assalariado teve conseqüências diretas no aumento exponencial de desemprego e na precarização do trabalho.

No plano das desigualdades, o novo mundo do trabalho traz, em sua esteira, uma massa de excluídos, um grande número de pessoas, que, desempregadas, não têm como sobreviver, pois a ausência de qualificação e de espaço no mercado traz a fome, a privação e as necessidades não satisfeitas para o seu dia-a-dia.

À massa de excluídos pelo “progresso” e pela “racionalidade” da produção resta travar dia a dia a mais árdua luta para garantir minimamente a própria sobrevivência. As designações formais criadas para reconhecer as atividades “marginais” ou “subterrâneas”, a que esses trabalhadores excluídos passam a se dedicar, constituem em geral um meio de – no campo das representações, das idéias e das ideologias – tratá-las sob algum vínculo no qual eles apareçam integrados à sociedade. De fato, porém, são atividades de excluídos sociais para, enquanto excluídos, conseguirem se manter vivos. (CARDOSO, 2002)

O assunto – desemprego – deve ser visto como elemento estrutural do sistema no qual o exército de desempregados exerce a “função de controle do movimento dos salários, de controle sobre o restante dos trabalhadores.” (BOMFIM, 2003). É , portanto, uma questão política e não só econômica como queriam os neoclássicos Keynes e o próprio Marx (ver SANCHIS, 1997).

Frigotto e Ciavatta (2002) comentam que a questão do desemprego é, hoje, uma realidade estrutural:

O desemprego estrutural e sem precedentes – 1 bilhão de desempregados no mundo. Somente na cidade de São Paulo neste momento 1 milhão e 500 mil trabalhadores estão desempregados. Concomitantemente amplia-se o número de trabalhadores precarizados em seu trabalho – tempo parcial ou com contrato temporário de trabalho. Chama-se isso cinicamente de flexibilização do trabalho.

A questão do espanto gerador da (des)ordem não se dá somente no âmbito dos que figuram na lista dos desempregados, uma vez que para os que se encontram empregados, o rebaixamento de salário é algo que ameaça a todo momento as empresas que, para permanecerem produzindo, têm de ficar à mercê das demandas do mercado, o controlador das altas e baixas do consumo.

A forma desumana, com a qual os trabalhadores se deparam na sua relação com o mundo do desemprego, acaba por levá-los à segregação, ao isolamento individual e às formas de criminalidade. Isso, de certa forma, como comenta Antunes (2001), explica o porquê da alienação nos extratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho ser mais desumanizada e brutalizada em suas formas de vigência e explica, também, a luta permanente desses trabalhadores por alternativas na área de trabalho.

Um exemplo disso é o crescimento do mercado informal, conforme citação de Salm (1998) :

É o aumento das relações informais, em detrimento dos emprego regular e, na década de 1990, também através do aumento do desemprego aberto. A tendência é bastante clara. Hoje, os empregos regulares ou formais já representam menos da metade dos postos de trabalho, quando representavam cerca de $\frac{3}{4}$ no final da década de 1970.

Mas continua a ser uma comprovação da precarização do trabalho: *“A maior parte do setor informal é, na verdade, uma desesperada tentativa de sobrevivência. Ele não é outra coisa senão o rabo do sistema brasileiro, profundamente desigual.”* (OLIVEIRA, 2000).

É um setor que *“não cria nenhuma identidade, a não ser pelo trabalho de autodeterminação do sujeito”* (OLIVEIRA, 2000)

Outro exemplo vem do terceiro setor ⁽¹⁸⁾ da economia, que tem crescido em razão da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços em decorrência do desemprego estrutural.

A terceirização, apesar de Antunes (2002) achar que cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados, parece-nos ser mais um aspecto do processo de crise que contribui para a precarização do trabalho.

“(...) Se a empresa terceiriza para economizar e se, ao terceirizar, paga os salários e encargo dos empregados da prestadora e mais o lucro desta empresa, é lógico que houve aí um rebaixamento salarial e um aviltamento do trabalho. A idéia de modernizar terceirizando, portanto, para os direitos do empregado, é um relógio que só anda para traz.” (Melo, 1997)

Acreditar que o novo mundo do trabalho precariza as relações sociais supõe, também, acreditar em uma perspectiva marxiana de que o trabalho, no capitalismo contemporâneo, permite entrever possibilidades de criação de alternativas que levem os homens à auto-realização e a sair dessa situação, como diz Lukács, (1997). Mesmo o trabalho mais alienante contém uma alternativa dialética e um fundamento de liberdade :

“ O “ir além” da animalidade por meio do salto humanizador leva ao encontro da universalidade.”

Que alternativas podem resolver ou minimizar essa situação? É o que será visto no próximo capítulo.

O Terceiro Setor é composto por entidades sem fins lucrativos, atuando na prestação de serviço, ou produção de bens voltados para áreas sociais. Trata-se de um setor privado atuando em áreas de atendimento público. O desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil tem aumentado significativamente a partir dos anos 90 e tem sido incentivado pelo Governo Federal de acordo com suas políticas de parcerias e desativação da atuação direta do estado nas áreas sociais, o que, nos parece um descaminho em relação ao setor, desvirtuando seus objetivos e tornando-o setor partícipe da política de dominação. (ANTUNES, 2002)

2- ECONOMIA SOLIDÁRIA : UMA POSSÍVEL RESPOSTA PARA A CRISE

Um novo sistema metabólico de controle social deve instaurar uma forma de sociabilidade humana autodeterminada, o que implica um rompimento integral com o sistema do capital, da produção de valores de troca e do mercado. (ANTUNES, 2002)

2.1- Economia Solidária como possibilidade de autonomia comunitária

Até agora, com as discussões efetuadas, ficou claro que o mundo do trabalho sofreu transformações radicais no último século, em razão das mudanças ocorridas na dinâmica capitalista. A partir dos acontecimentos que culminaram com a nova ordem econômica do capital, associada à nova realidade da globalização, as formas de realização do trabalho sofrem mudanças engendradas pelas inovações tecnológicas, pelo aumento do desemprego e pelas novas formas de empregabilidade.

As mudanças do mundo do trabalho que se oferecem a nós, se nós as soubermos utilizar, é a chance do século. Busquemos as idéias, construamos os cenários, ergamos as hipóteses. Não a busca de uma solução única e mágica, mas a procura infatigável de dez, vinte, cinquenta, cem propostas, que se entrecruzam e se reforçam. (AZNAR, 1995)

Não temos certeza de que o atual momento traz a chance do século, mas, sim, de que há necessidade de busca de alternativas, pois a precarização das formas de trabalho, antes privilegiadas pelo capital, abriu espaços para novas formas de organização da produção e de trabalho, muitas vezes bastante distintas dos modelos tradicionais, mas, nem por isso, menos eficazes no sentido de gerar recursos para a sobrevivência digna dos que produzem bem e serviços.

No momento em que se discutem algumas dessas novas formas de trabalho, sobretudo

as que passam pelo coletivo e pela associação de desempregados em torno de um novo projeto autogerenciado, não se pode deixar de acentuar e sinalizar para os múltiplos conceitos que as formas associativas de trabalho ganham na literatura acadêmica, tais como: economia solidária; economia popular; economia autogestionária; economia social; economia associativa; economia cooperativa; organização econômica popular e outras que dizem respeito a práticas e experiências em construção.

Mesmo havendo algumas nuances, em síntese, os termos significam, essencialmente, uma organização de pessoas em pequenos grupos, em torno da produção de bens ou serviços, formando uma unidade produtora, na qual, por consenso, trabalharão e auferirão excedentes repartidos por todos; em conjunto e solidariamente buscarão a “forma de encarar seus problemas econômicos sociais e culturais mais imediatos” (RAZETO, 1993).

Singer (2003) amplia o conceito:

Um conjunto de ações com vista à formação de modos de produção associativos para um projeto estratégico anti-capitalista e de desenvolvimento humano sustentável, que ocorre no contexto do próprio modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que rompe com seus limites.

Neste estudo, a expressão utilizada será “Economia Solidária”, por não só atender melhor os enfoques do projeto que serve de referência a esta tese e a sua construção teórico-prática, mas também por ser uma expressão de sentido amplo, englobando a economia popular e a totalidade da classe trabalhadora, dialeticamente relacionada às outras economias⁽¹⁹⁾ e com características bem específicas

Concretamente a Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção, o que deixou desempregadas muitas pessoas vindas do campo.

Tudo isso foi percebido por um britânico, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lamark, Robert Owen, que decidiu limitar a jornada de trabalho de seus empregados, proibir o emprego de crianças e construir escolas para elas. Surgiu, assim, o primeiro do sistema de trabalho cooperativo, no século XIX.

Com a Revolução Francesa e o aumento da pobreza no país, Owen fez uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza. Em 1817, apresenta um plano ao Governo Britânico para

¹⁹ Vários autores como Bonfim Tiriba, Singer, Gadotti, por exemplo, efetuaram estudos, buscando estabelecer limites e campos entre a Economia Solidária, Economia Popular e o mercado capitalista.

que os Fundos de Sustento dos Pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem investidos na compra de terras e na construção de aldeias cooperativas, onde viveriam 1200 pessoas. Os excedentes da produção seriam trocados entre as aldeias, caracterizando a *solidariedade* como mediação deste projeto socialista de produção.

Segundo Paul Singer (2002), com essa iniciativa de Owen, o século XX teve o seu início marcado pelas formas cooperativas de trabalho, fossem elas decorrentes de grupos operários que se uniam para superar o desemprego ou de famílias que, numa espécie de trabalho doméstico, produziam em conjunto.⁽²⁰⁾

Criaram-se cooperativas operárias, integrais, armazéns cooperativos, os clubes de troca e a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo, cuja troca se efetuava de acordo com as horas de trabalho médio de um operário padrão.

Em 1833, nasce o Factory Act, estabelecendo uma legislação protetora do trabalhador de fábrica.

As idéias de Owen se propagaram e, na França, Charles Fourier criou um falanstério, ou seja, uma comunidade suficientemente grande, com 1800 pessoas trabalhando de acordo com suas aptidões e preferências. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionaria e o resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções previamente determinadas.

Mas o capitalismo em ascensão e a forte reação dos empregadores não permitiram a solidificação das cooperativas, naquele momento, nem sua disseminação pelos outros países europeus.

Assim, a E. S. foi “esquecida” até os anos 70, do século XX. Quando o desemprego em massa retornou, houve a desindustrialização, eliminando milhões de postos de trabalho formal, os sindicatos se debilitaram e a situação dos trabalhadores piorou.

Então, ressurge a Economia Solidária.

Singer (2002) discorda do termo "ressurgir" e utiliza o "reinventar" pois, *“o que distingue este novo cooperativismo é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento”*

²⁰ Singer descreve as tentativas de criação de cooperativas owenistas, sua disseminação e a gradativa penetração na Inglaterra de publicações sobre o assunto. Mas descreve também, os fatores que impediram o sucesso do trabalho tais como a luta de classes (entre trabalhadores e empregadores), a inclusão ao lucro no cálculo do mercado de trabalho, as greves patronais e a demissão dos operários sindicalizados.

De qualquer maneira, foi o momento em que se retoma a idéia de forma contextualizada, inserida no novo contexto histórico.

No Brasil, a Economia Solidária começou a reaparecer de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 90 :

O movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que mobilizou milhões de pessoas entre 1992 e 1994, sugeriu também em meados da década de 1990 as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (IT.CP.), pertencentes a Universidades que se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho. (SINGER, 2002)

O mesmo autor também comenta e discute o papel dos movimentos populares na consolidação da economia solidária, tais como os órgãos administrados pela CNBB e outras que se revelaram importantes como mediadores dessa nova forma de produção.

Bomfin (2003), ao analisar as características listadas por Razeto,⁽²¹⁾ propôs algumas mudanças capazes de torná-las “*mais flexíveis de forma que, ainda sendo uma projeção da realidade, tenham possibilidades de serem realizáveis.*”

Essa flexibilidade aparece, principalmente, no quantitativo de atividades (item 7), na abertura para outras possibilidades e apoio institucional (item 9) e nos objetivos finais (item 10). São elas :

- 1) Não são iniciativas puramente individuais, mas associativas;
- 2) são iniciativas organizativas, em que seus integrantes propõem, de forma explícita ou informalmente, um programa de atividades como determinados objetivos;
- 3) são iniciativas para enfrentar um conjunto de carências e de necessidades concretas como geração de trabalho e renda, alimentação, saúde, cultura, educação, entre outras;
- 4) são iniciativas que buscam enfrentar os problemas através de uma ação direta mediante um esforço coletivo e a utilização de recursos próprios;
- 5) são organizações que implicam relações e valores, não como algo necessário ou secundário mas como algo inerente ao modo em que se busca os problemas e satisfazer as necessidades;
- 6) são organizações que se pretendem participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas;
- 7) são iniciativas que podem se limitar a uma só atividade, mas que tendem a ser integrais,

²¹ É importante nomear outros autores que estudam o assunto e serviram de base e apoio ao nosso trabalho: Lia Tiriba, Paul Singer, John Craig, Edenise da Silva Antas, entre outros.

- combinando atividades econômicas, sociais, educativas e culturais;
- 8) são iniciativas que têm, como perspectiva, uma sociedade melhor e mais justa;
 - 9) são iniciativas que necessariamente não precisam estar ligadas, mas geralmente são apoiadas por instituições religiosas, organizações não-governamentais ou instituições públicas como algumas universidades;
 - 10) são iniciativas que desejam e buscam o crescimento, procurando ter relações com outras, preferencialmente com o mesmo teor e objetivos.

As cooperativas de trabalho

Desde as suas origens, no século XIX, o pensamento associativista e a prática cooperativa desenvolveram-se como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado. Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralista e federalistas que deram um papel central à sociedade civil. (SANTOS, 2002)

A cooperativa é a atividade formal mais característica.

A opção feita para desenvolver esse trabalho, um tipo de associativismo cooperativo específico – as chamadas cooperativas de trabalho – por apresentarem características mais próximas de um empreendimento solidário,⁽²²⁾ pois permitem formas alternativas de socialização dos meios e a superação da relação capital/trabalho.

As características de uma forma alternativa de economia sedimentada na autogestão e apoiada na solidariedade, ultrapassam a concepção de formas de produção que visam somente o lucro, para se projetarem além do econômico. Entretanto se constituem em uma alternativa que inclui os setores marginalizados na produção e se interessa pelo usufruto dos resultados do desenvolvimento, visto tratar-se de um projeto que nasce de “baixo para cima”, ou seja, da iniciativa dos próprios atores que deverão criar, produzir e usufruir a produção.

Denominam-se Cooperativas de Trabalho tanto as que produzem bens, como aquelas que produzem serviços, sempre pelos próprios cooperados. Elas podem ser constituídas por trabalhadores-cooperados, desde os que executam as atividades mais simples – carregadores, garis etc, até pelas atividades de profissionais mais especializados como médicos, engenheiros, consultores, analistas de sistema etc e, também, pelos trabalhadores que assumem a reconversão de empresas falidas ou em estado pré-falimentar, em qualquer área. Na cooperativa de trabalho, a relação do associado-cooperativa é diferente de todos os outros ramos. (...) A cooperativa

²² Salm (1998), Tiriba (2001), Barros (2001), Bomfin (2003), Singer (2003), estudam várias experiências já concretizadas de cooperativas de trabalho e sua significância.

de trabalho, (...) tem-se mostrado, na prática, como a alternativa mais viável, senão a única, que os trabalhadores encontram para criarem, manterem e/ou recuperarem postos de trabalho. Dessa forma, tanto a cooperativa pode ser a única fonte de receita do trabalhador-cooperado, quanto servir de complementação em seu orçamento. Se houver empregados, desempenham tão somente funções administrativas. Com a cooperativa o trabalhador tem a oportunidade de sair da informalidade, resgatar a cidadania, além de ser apoiado em suas necessidades básicas: educação, habilitação, saúde e outras. (OLIVEIRA, 2000)

2.2- Economia Solidária : uma possível resposta para o desenvolvimento local de São João da Barra

Para solidificar a opção pela Economia Solidária, foi preciso conhecer as diferentes visões, às vezes contraditórias, que os teóricos apresentam dessa resposta alternativa para não ocorrermos no erro de ver eleito um tipo ideal de cooperativismo, descolado da realidade.

Críticas à Economia Solidária, aliando-a ao capitalismo

Para organizar, de uma forma didática, as denúncias levantadas a respeito da Economia Solidária, resolve-se categorizá-las em críticas históricas, legais, estruturais, culturais e políticas, ou seja, os problemas relacionados ao tempo em que a idéia readquiriu força, à relação existente entre as organizações e à legislação vigente, à forma e aos objetivos que estruturam as cooperativas de trabalho e à visão cultural e política da própria sociedade a que pertencem.

Críticas históricas

As cooperativas de trabalho surgiram a partir da precarização do trabalho,⁽²³⁾ em um momento de enfraquecimento dos sindicatos e da conseqüente posição combativa dos trabalhadores.

²³ “Não há duvida de que a desestruturação do modelo de emprego que dominou nas décadas do após-guerra vem provocando muito estresse e insegurança, aumento das desigualdades e do desemprego, além de degradação das ocupações. O nome consagrado para este mal estar é precarização do trabalho. Portanto, visto da perspectiva dos trabalhadores, o balanço do processo de flexibilização, até que é claramente negativo e representa um evidente retrocesso social. O medo de perder o emprego aparece novamente como a principal força disciplinadora do trabalho (Na edição de 6 de setembro de 1998 do Jornal do Brasil, foi publicado que, segundo uma pesquisa divulgada na semana anterior pela Universidade de Rutgers, para a grande maioria dos americanos a segurança no emprego continua a ser a preocupação principal. Isso ocorre depois de sete anos de crescimento com baixas taxas de desemprego)”. (SALM, 1998).

Por isso, podem seguir um caminho de acordo com a visão liberal, o que as desviaria do objetivo de atender às classes trabalhadoras. Se assim acontecer, se “a proposta de um novo projeto societário apoiado na economia solidária vier desta forma poderá não ser uma das soluções da classe trabalhadora, ou mesmo vir em posição oposta.” (BONFIM, 2003)

Críticas legais

Melo (1997) toma uma posição bastante radical ao afirmar a ilegalidade e, também, a ilegitimidade de qualquer cooperativa:

As chamadas cooperativas de trabalho nasceram sob o estigma da fraude: o triste parágrafo único acrescentado ao artigo 442 da CLT tinha como exclusivo objetivo impedir que trabalhadores empregados em glebas de assentamentos tivessem seus direitos reconhecidos pela justiça do trabalho. Teve como origem, portanto, a tentativa de neo-proprietários de terra, ainda que pequenos, de burlar a lei travestindo de cooperados os seus próprios empregados. Assim nasceram, assim se desenvolveram : as cooperativas de trabalho são e continuarão a ser mecanismos destinados a subtrair direitos do empregado, suprimir obrigações do empregador, e fazer letra morta um século de conquistas sociais destinadas a tornar o trabalho e a vida menos injustos, menos indignos. Do campo avançaram para as cidades, seduzindo a iniciativa privada e já parte do setor público. Elas se associam à idéia de terceirização, mecanismo pelo qual o empresário transfere a outra empresa a atividade que antes realizava por meio de seus próprios empregados.

Há dois pontos que queremos salientar a respeito da criação de cooperativas que podem desviar os cooperados do trabalho solidário.

O primeiro diz respeito a empresários fraudadores que, para não pagar impostos trabalhistas, inventam falsas cooperativas para burlar a lei. São as “Gatoperativas”.⁽²⁴⁾

Com efeito, até agora, e no tocante às cooperativas de trabalho, a nova lei tem sido usada em quase 100% {?} dos casos para fraudar a aplicação do Direito do Trabalho, como já se previa com conseqüências danosas não só para o trabalhador, mas para toda a sociedade, pois, além da burla aos direitos trabalhistas, não há recolhimento de INSS e FGTS, etc. , nem respeito a qualquer norma de segurança do trabalho. (MELO, 1996)

O segundo ponto nos leva à terceirização, um processo instaurado para o aumento dos lucros do empresário e contrário, portanto, aos interesses dos trabalhadores.

²⁴ Uma das formas mais pitorescas (...) se deu a partir da aprovação da lei n.8./949/94, que acabou com o vínculo de relações empregatícias nas empresas cooperativadas. Decerto existem centenas de cooperativas e associações de produtores no Brasil que são legítimas e devem ser apoiadas institucional e politicamente . Mas a lei aprovada em abril deu um amplo espaço para a redução de direitos sociais com a contratação de trabalhadores através de cooperativas organizadas e dirigidas pelos “gatos” – “gatoperativas” (PAIXÃO & FIGUEIREDO, 1997, p.18)

“O recrudescimento de estratégias de subcontratação, embutidas em processos de terceirização, visam repassar não somente custos e etapas do processo produtivo, mas, também, os riscos, o desfuncionamento e possíveis efeitos deletérios inerentes ao modo de produção”. (BOMFIN, 2003)

Críticas Estruturais

Analisando os aspectos que devem ser priorizados por uma cooperativa solidária, alguns autores (Luxemburgo, 1990, Tiriba 1997, por exemplo) alertam para a idéia de que, se ela levar em conta apenas o aspecto econômico, ou irá à falência ou transforma-se-á em empresa capitalista.⁽²⁵⁾

Do mesmo modo, se as cooperativas não se preocuparem em atingir a sociedade de classes como um todo, tenderão a ficar isoladas, alienadas e à margem do restante da sociedade. Nesse caso ou se extinguem, ou se mantêm insignificantes e sem forças ou são cooptadas pelo próprio sistema.⁽²⁶⁾

Críticas político-culturais

Depois de todas essas considerações, é fácil entender o pré-conceito⁽²⁷⁾ tanto social em relação as cooperativas consideradas frágeis, isoladas, paralelas de “pobres” e sempre carentes do apoio assistencialista dos empresários, e do Estado⁽²⁸⁾ e da legislação, quanto aos

²⁵ Para Luxemburgo isso ocorrerá porque apesar de a cooperativa começar com uma posição socializada, não poderá nem suportar a concorrência das empresas capitalistas e nem negociar, em relação a exigência do mercado, a mercadoria força-de-trabalho.

²⁶ Extingue-se “porque, sendo uma economia assentada em uma base produtiva restrita, não tem como suportar a concorrência com a economia global tecnologicamente mais avançada. A insignificância, possibilidade que o sistema capitalista não somente permite mas deseja, para a Economia Solidária, pois além de não ameaçar o sistema, ainda serve de paliativo para os seguimentos econômico-sociais que não se integram. E a cooptação, subdividido em duas formas: uma, quando os homens de negócio percebem que determinadas atividades da Economia Solidária são potencialmente lucrativas, tentam obtê-las para si; e a outra quando os próprios participantes empreendimentos solidários e autogestionários acentuam de forma exagerada a desigualdade entre seus próprios cargos e salários, retomando a figura do chefe, do patrão, e de tal forma que fazem retornar a figura do “dono”. A propriedade privada permanece.” (BOMFIN, 2003)

²⁷ O prefixo da palavra foi salientado para enfatizar a noção da antecedência da visão antes do conhecimento do fato.

²⁸ Apoiamo-nos em Abensoup (1998) para entender melhor a concepção de Estado em Marx: “Na verdadeira democracia, o Estado político desapareceria, enquanto pretendesse usurpar abusivamente a função de uma instância de determinação ou a de uma forma organizadora. Somente a este titulo Marx se dedica no tema desaparecimento do Estado. Mas o Estado político não desaparece; ele persiste, pois, na medida em que se acantona na sua tarefa em que permanece o que: um momento particular da vida do povo. Considerando Marx e o problema da política dessa forma, estamos longe do anarquismo, quanto do socialismo, tão longe de uma espontaneidade social se auto-regulando, quando da emergência da comunidade genérica para além do político, fora do político. Podemos, menos ainda sustentar a tese de um desaparecimento “grosseiro” do Estado (no sentido em que Marx criticara, em 1844, o “comunismo grosseiro” dos franceses), se levarmos em conta que Marx reconhece a heterogeneidade do momento político e, ao mesmo tempo, reconhece que esse momento, mantido em sua justa medida possui uma especificidade que o torna indispensável a emancipação das outras esferas.”

próprios cooperativados

Não serão, provavelmente, em condições de miséria que os homens pensarão e refletirão sobre suas próprias vidas, não será na penúria que os homens adquirirão mais consciência. Nestas condições o melhor que pode acontecer é a revolta. Uma revolta desmedida e sem direção, mas que poderia ao menos ser expressão de algum tipo de força. Só que, na maioria das vezes, ao invés de revolta encontra-se submissão, alienação e auto-condenação. De imediato é que muitas destas organizações populares incentivadas por muitos teóricos e entidades vêm tirando da miserabilidade homens e mulheres para algum grau de dignidade. O problema é que a maior parte fica somente neste patamar, que embora importante é somente assistencialista. (BOMFIM,2003)

É fácil entender, também, a falta de interesse político de um estado neoliberal e conservador em aceitar um processo técnico ou de trabalho a favor do trabalhador:

Produzir quer dizer produzir utilmente. O mundo da produção não é o mundo técnico, mas **político**. Desta forma para a produção há mais importância à constituição política de um Estado que a modificação de um processo técnico ou de trabalho. (GRAMSCI apud ANGELI, 1997)

Essas denúncias preocupam em relação às possibilidades de as cooperativas solidárias se desviarem de seu percurso inicial e servirem apenas de *“paliativo para uma maior desestruturação e desorganização do mercado de trabalho”* (NUNEZ, 1995)

O que alivia, no entanto, é saber que há sempre uma adversativa no caminho, isto é, há sempre um **mas**, o outro lado da questão.

Argumentos que apontam um caminho

As antecipações e transições prático-coletivas das classes trabalhadoras nos séculos XIX e XX apontam para a possibilidade de uma mudança histórica e civilizatória de longo curso que deve, necessariamente, atravessar o século XXI sob o manto dos caminhos da produção não capitalista. Uma das manifestações concretas deste projeto na atualidade reside no constructo político da economia solidária enquanto conjunto de experimentos práticos de organização coletiva, baseado na autonomia, controle e apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora.” (BOCAIÚVA, 2002)

Com base nesses novos olhares é possível pensar em uma economia que seja efetivamente a base de uma sociedade de caráter socialista, ou seja, que, ao enfatizar relações de solidariedade, de troca de saberes, de uma concepção de trabalho coletivo, de uma práxis libertadora, promova verdadeiramente a emancipação entre os homens que produzem e

necessitam viver dignamente do fruto de seu trabalho.

Mas,, para que isso aconteça, alguns requisitos são necessários e imprescindíveis.

Em primeiro lugar, a empresa solidária deve praticar a autogestão, ou seja, administrar-se democraticamente. Assim, o controle da empresa e as tomadas de decisões ⁽²⁹⁾ são exercidas pelos trabalhadores que se tornam os próprios gestores dos meios de produção, de forma coletiva, sem as rédeas de um empresário.

A autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária : além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa. Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos. Mas o esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas etc. (SINGER, 2002)

Se o capitalismo tem, como um de seus objetivos, estimular a competitividade entre empregados de uma empresa, por entender que este é o caminho para o alcance da excelência, as formas de produção que configuram a Economia Solidária visam à partilha no trabalho, nas decisões, nos lucros. Isso comprova que, mais importante do que competir no mercado em busca de crescimento, a E.S. procura socializar relações produtivas, revelando aos homens que é possível sobreviver com dignidade, compartilhando os objetivos comuns em benefício de todos.

Essa visão demonstra que a cooperação caminha paralelamente à solidariedade.⁽³⁰⁾ Em economia, essa solidariedade só se realiza se for organizada igualmente pelos associados. Em sociologia, essa solidariedade só se manifesta quando os iguais aprendem e exercitam o respeito mútuo, o ver e ouvir o companheiro e o encaram como parceiro co-responsável, conseguem dialogar,⁽³¹⁾ estabelecendo uma rede relacional de informação e

²⁹ Decidir sobre tudo significa decidir sobre metas de produção, participação nos resultados, política de resultados e modernização política de relacionamento entre pessoas, mercado...

³⁰ Singer (2002) desenvolve a práxis da solidariedade, estudando a repartição dos ganhos em uma cooperativa. Coraggio (1991) considera tão significativa essa qualidade que sugere a substituição do adjetivo solidária que acompanha a palavra economia pela locução adjetiva da solidariedade. Assim teríamos uma economia da solidariedade.

³¹ O que é diálogo? É uma relação horizontal de A com B; nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers); nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança.

A ↔ B = comunicação
Intercomunicação



formação, como veremos mais adiante, no próximo capítulo.

Autogestão e solidariedade conduzem a um modo de produção que defenda a propriedade coletiva dos recursos e o direito à liberdade individual em busca do homem integral.

(...) em se tratando de um projeto de Socioeconomia Solidária, não podemos discuti-lo só com o celebró. Nós temos que sair do campo em que o paradigma dominante de ver o mundo nos aprisionou e sem questionar este paradigma não conseguimos mudar.(...) O primeiro passo é a gente sonhar, querer o novo, acreditar que o novo é possível com uma fé que vem do interior da gente. É um acontecimento profundamente pessoal, no qual ninguém pode nos enquadrar. É na fé que podemos fazer diferente do que aquilo que o mundo nos apresenta como sendo a única realidade a respeito de nos próprios e do próprio mundo como um todo.” (ARRUDA, 2000)

As palavras de Arruda revelam uma forma de produção que tenha o homem integral como objetivo maior, que não seja centrada nos lucros e nos aspectos financeiros das relações, mas que crie laços de responsabilidade, transformando em ações coletivas sonhos individuais compartilhados pela via da solidariedade consciente.

Singer (2002) avança bastante essa idéia, quando afirma que a E. S. pode ser uma alternativa superior ao capitalismo. Superior por proporcionar às pessoas uma vida melhor *“... não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado”*

Avançando nessa idéia, podemos visualizar a Economia Solidária conquistando seu espaço político, exercendo seu papel transformador ao assumir sua posição contra-hegemônica ao sistema capitalista, sem sucumbir diante dele nem interiorizar seus mecanismos. Para que tal aconteça deve estruturar-se de forma a incluir⁽³²⁾ a grande massa de pessoas que vão sendo excluídas, ou seja, os sobrantes,⁽³³⁾ segundo Castell (1997), assumir

Relação de “simpatia” entre os pólos em busca de algo (FREIRE,1976)

³² Aqui surge outra importante característica da Economia Solidária, bem distante do capitalismo: ao invés de excluir, a Economia Solidária inclui e divide.

³³ (...) “sobrantes” não são explorados. Estão lá como inúteis (...) São pessoas (...) que foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos vinte anos. Por que há 20 anos atrás essas pessoas teriam sido integradas nos circuitos produtivos, e hoje elas estão quase como fracassadas.” O termo parece-nos mais flexível do que “excluído” tanto em relação a sua abrangência quanto em relação a sua capacidade quantitativa. Mance (2002) ao estudar as parcelas amplas da população “desorganizada/organizada” distingue as elites dominantes

atividades outras além das artesanais e deve ser auto-sustentável e supérfluas economicamente.

Dessa forma, os preconceitos sociais, já vistos anteriormente, serão paulatinamente vencidos.

Após essa disputa entre as críticas e argumentos da Economia Solidária, fica a idéia de que pode ser a forma que poderá ajudar na elaboração, para São João da Barra, de um projeto que busque a formação de uma sociedade capaz de socializar os meios de produção na busca de uma sobrevivência digna, que permita a toda a população, sem distinção, trabalhar e usufruir os rendimentos da produção da qual é elemento integrante e participativo.

Surgem, contudo, alguns questionamentos que ainda precisam ser respondidos: Que instrumento social existe capaz de desenvolver o ideário base da Economia Solidária? De que maneira pode ser utilizado?

(segmento social que exerce o poder hegemônico sobre a sociedade), as massas sociais (constituídas pelos indivíduos manipulados pelas elites) e o povo (pessoas que combatem as diversas formas de opressão). Conseguimos inserir a noção dos sobrantes nas massas populares e antevemos a E S como cúmplice do povo.

3- EDUCAÇÃO: CÚMPLICE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 – O papel social da educação

Somos sujeitos sociais, cidadãos históricos, ativos mergulhados na e fazedores da cultura, prenes de tradições, valores, desejos, sonhos, possuidores e produtores de linguagem,(ns).

Esse é um fato inquestionável para Mattos (2003). Para ela, só saindo dessa facticidade,⁽³⁴⁾ orientados pela compreensão e exercendo a reflexão, conseguiremos agir objetivando-nos e apropriando-nos do mundo.

Há, portanto, um caminhar tanto individual quanto coletivo da Alienação (=objeto) para a Conscientização (= sujeito). A educação é o que propicia esse caminhar e o que inquieta e desestabiliza para que o homem se pro-jete.⁽³⁵⁾

A educação é, portanto, um conceito amplo que se refere “*ao processo de desenvolvimento da personalidade, envolvendo a formação das qualidades humanas – físicas, morais, intelectuais, estéticas – tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais*”. (Libâneo,1998).
Implica uma concepção de mundo, de idéias, valores, modos de agir que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas e em autuação nas situações reais no cotidiano.

É, portanto, uma instância mediadora que torna possível a reciprocidade do indivíduo-

³⁴ A facticidade e o “caráter próprio do homem de estar comprometido com uma situação não escolhida”. (Habermas)

³⁵ Separamos o prefixo para salientar as duas idéias : a contida no radical: e a do próprio prefixo lançar-se para frente.

sociedade. Mas não é neutra pois traz em seu bojo os valores políticos econômicos e sociais de cada sociedade.

Todo discurso pedagógico é necessariamente reprodutor das relações sociais vigentes MAS deve desencadear processos capazes de gerar e desenvolver forças contraditórias, mediar a ruptura e permitir a recriação da realidade social. Deve prover os indivíduos dos saberes pelos quais poderão compreender historicamente as relações atuais de poder E de competências para uma inserção consciente, participativa e transformadora nessas relações. É intencional. (PERRENOUD, 1996)

A educação acontece de maneira informal, ou seja, no dia-a-dia de cada indivíduo, quando experencia situações em que haja algum tipo de aprendizagem e conseqüente reestruturação interna. Os meios de comunicação de massa servem como exemplo desse tipo de educação, mas sua análise foge desse trabalho que está sendo produzido.

A educação também acontece de forma intencional, em locais institucionalizados para exercer efetivamente esse papel, ou seja, locais potencialmente capazes de propiciar condições para que cada indivíduo se torne um sujeito social histórico e agente do contexto em que se insere: a escola.

Assim formalizada, a educação passa a ter sistemas, estruturas (em nível macro, médio e micro) recursos materiais e humanos específicos. Teorias surgem para embasar seus caminhos e várias ciências (social, filosofia, economia, psicologia) se voltam para ela.

Valores proclamados e reais ⁽³⁶⁾ na educação.

Não há espaço, nesse nosso trabalho, para uma análise exaustiva e crítica da (des)educação vigente. Basta-nos saber, apoiados em teóricos tanto estrangeiros (Perrenoud, Morin, Schou, Altet, Hernandez, por exemplo) como brasileiros (Gadotti, Freire, Mello, Demo, Tadeu, Arruda, Frigotto, dentre outros) que:

A educação conformada hoje para alimentar e perpetuar a globalização competitiva ou, no caso do Brasil, a inserção subordinada da nossa economia ao sistema do capital mundial, não tem servido para libertar, mas para moldar,⁽³⁷⁾

³⁶ Utilizaremos aqui a terminologia de Anísio Teixeira (1976): “acostumamo-nos a viver em dois planos, o real, com suas particularidades e originalidades, e o oficial com seus reconhecimentos convencionais de padrões inexistentes. Enquanto fomos colônia tal duplicidade seria explicável (...) A independência não nos curou, porém do velho vício. Continuamos a ser nação de dupla personalidade, a oficial e a real.”

³⁷ O termo remete à etimologia da própria palavra educar que ora significa o enquadramento, a forma, ao significado assistencialista de “dar alimento” (educare) ora significa o desenvolvimento, ao propiciar condições para caminhar para frente (educere).

ajustar crianças e jovens aos valores e as aspirações vigentes ou, ainda mais lamentável, a ausência de aspiração ou mesmo ao cinismo. (ARRUDA, 2002)

Frigotto (2002) reafirma essa idéia ao dizer que ocorre na educação “ *uma espécie de jogo de truco onde o blefe⁽³⁸⁾ é uma tática singular.*”

Promete-se *cidadania* e lançam-se, no mercado, seres distantes do mundo social em que vivem, desumanizados e insensíveis.

Conforme sinaliza Accioly (1999), a razão que impera nestes tempos é anuladora das possibilidades da transcendência, humanização, à medida que impõe ao sujeito o ultimato de ou ser aquilo que todos esperam que seja ou sucumbir à barbárie, numa luta desigual pela sobrevivência. “ *Impõe-se como um ciclone a destruir sonhos e utopias do homem comum, não deixando escolha, nem tempo para reflexão*”.

Promete-se *autonomia e autogestão* para que o homem consiga afirmar sua identidade e caminhar com liberdade e encontram-se seres alienados, homens que, hoje, como diz Ianni (1999), são vistos como uma espécie, que poderia comparar-se a alegorias dos bonecos de videogame e dos computadores em rede, que podem ser destruídos com um simples toque por quem manipula o “mouse” .

Para Pereira (2002), esses seres criados pela tecnologia, virtualmente, como os robôs que aparecem nas fitas de vídeo, podem, alegoricamente, ⁽³⁹⁾ representar os homens concretos que vivem sob a lógica capitalista do arranjo neoliberal e dos efeitos do fenômeno da globalização, aprisionados na maior parte das vezes por uma educação, cujos valores rendem a ótica do mercado, anulando o senso crítico de sujeitos sociais que vivem oprimidos e alienados.

Torres (1979) confirma:

O conhecimento atual existe porque a consciência, pelo seu poder de reflexão, pode perceber-se. O homem, como corpo consciente, não apenas sabe o conhecimento atual, mas pode saber um novo conhecimento ou pode criar um novo conhecimento. Realmente o conhecimento é um processo. Entretanto, o que é a escola? É um lugar onde os estudantes são convidados a receber passivamente o conhecimento existente, sem qualquer possibilidade de reflexão ou de criação desse conhecimento.

³⁸ Frigotto cita o ensaio de F. de Oliveira sobre Collor: a Falsificação da Era (1992) que deixa bem claro esses processos de falsificação, blefe e cinismo utilizados pelas classes dominantes brasileiras para manter o “apartheid” social existente montado historicamente sobre a violência (econômica, política, policial e para policial).

³⁹ PEREIRA, Gil Carlos. Estorvo: uma alegoria sobre o homem moderno, VÉRTICES, CEFET/Campos, ano 4, n.I, j. 2002. “etimologicamente, alegoria vem do grego allos (outro) e agourien (falar), portanto quer dizer falar do outro. A alegoria é um procedimento retórico através do qual se exprime um sentido não imediatamente compreensível, diverso do sentido literal. Alegoria é, portanto, uma forma figurada de representar algo, para indicar outro.”

E Aranha (1996) ratifica:

Assim, muitos não têm sucesso na escola não por serem ignorantes ou incompetentes, mas por tornarem-se incompetentes graças à divisão social, responsável pela distribuição desigual dos bens que a sociedade dispõe, inclusive a educação. Isso significa que a maneira pela qual a educação é oferecida já traz, embutida, a impossibilidade de sua universalização.

Promete-se a *igualdade social*, mas a ideologia que permeia os espaços educacionais não deixa a classe dominada perceber nem a divisão que a inferioriza, nem os valores dominantes, não sendo capaz de elaborar a consciência própria da classe a que pertence.

O capital atinge os espaços educacionais de forma perversa, tornando as desigualdades mais visíveis. E a educação continua a ser um mecanismo de reprodução das ideologias como sinalizaram, há poucas décadas, Althusser (1972), ao analisar o conceito de “aparelho ideológico do Estado”; “...servindo a escola de instância de seleção prévia, notadamente de classe social, para escolher os mais ‘educáveis’ e, portanto, mais adequados às finalidades do processo produtivo”. (KUENZER, 2001)

Torres (1998), em seu diálogo com Paulo Freire resume o que estamos falando de forma clara e contundente, quando acentua o caráter reprodutor da educação formal, revelando que a escola, muitas vezes, “*corta como faca afiada*” as expectativas e os sonhos de centenas e centenas de jovens e crianças que têm, na escola pública, a única chance de sistematizar conhecimentos e absorver os saberes básicos para sua inserção no mundo como cidadãos apropriados das letras e com consciência histórica.

Prometem-se *qualidade e modernidade tecnológica* do processo instrucional e encontramos novo blefe ao tomar contato com os currículos⁽⁴⁰⁾ defasados, estanques, antiquados e reforçadores das diferenças sociais (BOURDIEU, 1984), com professores e especialistas mal formados (NOVOA, 1991, CANDAU, 1997).

Vários autores (Linhares,(1994) Lobo, (1998) Zentgraft (1996), Moran (2001)) estudam e denunciam a defasagem entre os modernos recursos tecnológicos e o quadro-giz das aulas expositivas. Vamos citar apenas Silva (2000):

A educação incorporou o discurso do mercado e não raro, professores do Ensino Fundamental comentam em suas escolas, falas que , quando recortadas,

⁴⁰ Currículo é a “construção cultural que preenche a escolaridade de conteúdos e orientações” (Sacristán, 1991) , ou seja, “ é um modo historicamente contextualizado de organizar as práticas educativas.” (Grundy, 1987)

revelam-se como afirmações dessa realidade 'temos que investir em tecnologia'; 'só entrará para o mercado quem dominar a técnica'; 'o profissional do futuro deverá ser capaz de saber um pouco de tudo'; só o conhecimento permitirá o acesso ao mercado'. Tais comentários em nenhum momento refletem a tecnologia como um meio e não como um fim, em si mesma ou sequer falam de uma formação que leve em conta a construção do ser social, ou seja, a subjetividade, com toda sua carga cultural e simbólica.

Falar em qualidade remete-nos ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA) o segmento educacional que se pretende educar - trabalhadores (empregados ou não) – de 14 anos em diante.

EJA tem três funções: a) a reparadora, para o resgate da escolaridade não obtida anteriormente em idade adequada. Essa função não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade - , mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. b) A função equalizadora relaciona-se à igualdade de oportunidades que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos, tendo em vista maior igualdade dentro de situações específicas. Nessa linha, EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura ; c) a função qualificadora refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos

Após essa leitura fica claro perceber que os valores proclamados continuam a ser bem diferentes dos reais, ou seja, dos que norteiam o ensino nas escolas.

Preconceitos existem em relação a EJA. O mercado de trabalho exige os certificados básicos dos ensinos Fundamental e Médio, mas pretere (CAFÉ, 1996) o trabalhador que lhe apresenta um certificado supletivo, obtido após anos de esforço, seja por via presencial ou a distância.⁽⁴¹⁾

O mercado também promete emprego fácil para o indivíduo que tenha obtido seu(s)

⁴¹ O ensino supletivo é ministrado em escolas, com a presença de professores, geralmente à noite e em Centros de Estudos Supletivos (CES) , via material auto-instrucional.

certificado(s) mas oculta a violenta competição que existe por oportunidades de emprego cada vez mais escasso.

Analisando essa competição diz Arruda (2002):

Quem não passar pelo ‘teste’ da competição cairá no batalhão dos excluídos. E se perguntará para que todo aquele estudo se, no final do seu destino, era a marginalidade. Não poderá escapar da terrível idéia de ‘eu só valho pelo que tenho e se meu destino e não ter, só pode ser porque não valho nada mesmo’. E lhe escapará o fato de que o mercado capitalista o/a transforma de pessoa integral em fragmentos de um objeto, numa peça de uma imensa máquina de produzir lucros, sofrimento e mortes.

Não podemos concluir esse item sem mencionar – brevemente – as relações existentes hoje entre cultura e educação .

Basta um olhar superficial sobre a escola destes novos e conturbados tempos, para detectar-se que a cultura, como categoria básica da visão educacional de Paulo Freire, parece ter sido excluída dos processos pedagógicos, alijada dos conteúdos curriculares como parte significativa da aprendizagem e relegada nos projetos oficiais, a um papel secundário, seja nos temas transversais, seja nas propostas governamentais, os Novos Parâmetros Curriculares, seja nos Projetos ou Planos de Ação, Nacionais e Estaduais ou seja nos Projetos político-pedagógicos das escolas.

A cultura apresenta-se como um conjunto das manifestações de determinado grupo social humano, feita de “memória e transformação e, portanto, se insere na dimensão do tempo e do espaço que nos constituem como seres históricos que lidam com a historicidade dos saberes e do conhecimento que, por isso mesmo, nunca são iguais, pois se re-situam a cada reapropriação feita pelo leitor na história viva de sua contemporaneidade” (YUNES, 2002). Hoje, essa concepção cede lugar a uma cultura puramente instrumental, cuja racionalidade transita no campo do imediatismo, anulando a consciência crítico-reflexiva dos sujeitos em nome das “fetiches” que a tecnologia cria, substituindo mitos e crenças originários por saberes e fazeres descartáveis, condicionados dos modelos prontos e fragmentários de uma sociedade que mata suas tradições em nome de um “novo” que só tem invólucro, pois , retirada a embalagem, o que sobra é o vazio.

Mas o que se tem hoje no campo educativo é uma escola totalmente dissociada de sua responsabilidade social, que parece desconhecer o contexto histórico globalizado, na medida que impõe sua lógica sem respeitar sequer os aspectos culturais que formam as subjetividades.

A educação, pelo seu poder duplo de transformar/conformar, é um instrumento que serve tanto ao interesse de muitos, quanto aos interesses de poucos, fragmentando em muitas

situações da atualidade, o saber/construção, processual e dinâmico verdadeiro articulador dos saberes culturais e dos saberes científicos, para torná-la, assim, um mecanismo de (re) produção de uma cultura hegemônica, a cultura capitalista imposta aos cidadãos.

IANNI (2001) comenta, quando fala do cidadão do mundo, metáfora que de certa forma representa a formação desejada para o momento histórico da sociedade ocidental que vive sob a hegemonia do capital globalizado, que, o capitalismo, ao impor sua lógica cruel, acaba por apropriar-se da consciência coletiva, impedindo que o espaço público se amplie, enaltecendo o individualismo, o privatismo, por meio de uma indústria cultural, que impõe seus mitos, seus credos, seu mercado e educa os futuros consumidores.

Esses esclarecimentos sobre a dicotomia existente na educação hoje (e sempre?) são bastante significativos para o que se pretende discutir a seguir.

3.2- (Re)buscando⁽⁴²⁾ um novo paradigma.

A crise da sociedade contemporânea engloba, em sua dinâmica interna, outras e variadas crises, que tomam conta das partes que formam esse todo e reproduzem o *modus vivendi* forjado nas teias do capitalismo e da crise do trabalho assalariado.

Foram denunciadas essas crises para mostrar que os paradigmas vigentes já esgotaram suas possibilidades.

Mas crises provocam re-ações, ou seja, o aparecimento de movimentos – respostas, de buscas de novos enfoques e paradigmas que consigam reverter a situação atual, capaz de romper as formas vigentes de dominação através das relações capitalistas de produção, que não permitem alternativas de sobrevivência que não seja pela escravidão das formas globalizadas de leitura de realidade.

Konder (1996) reforça essa opinião ao citar Brecht: *“Tudo se transforma. Recomeçar é possível mesmo no último suspiro. Mas o que aconteceu, aconteceu. E a água que presente no teu vinho não pode mais ser retirada. O que aconteceu, aconteceu. Porém tudo se transforma. E recomeçar é possível mesmo no último suspiro.”*

⁴² Foi utilizado o termo em seu sentido denotativo, ou seja, significando “tornar a buscar” pois é fato insofismável que as buscas efetuadas serão apenas mais uma no cenário científico. Foi utilizado, também, o gerúndio para indicar a continuidade infindável do assunto, uma das características do pensar.

E Freire (2002) ratifica:

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.”

Foi em busca dessa transformação que surgiu a Economia Solidária como um dos novos caminhos de gestão municipal e foi selecionado um paradigma na área educacional para enfrentar a questão social contemporânea - exclusão e fragmentação – pelas oportunidades oferecidas pelo processo educacional.

Tarefa difícil pois

É precisamente no campo da Educação que hoje se trava talvez, uma das batalhas mais decisivas em torno do significado. Estão em jogo, nessa luta, os significados do social, do humano, do político, do econômico, do cultural e naquilo que nos concerne, no educativo. (SILVA, 1999)

Por isso, inúmeros caminhos se nos apresentaram – Paulo Freire, Piaget, Emilia Ferreiro, Freinet, Vygostky, Vallon, Arruda.

Sabia-se o desejado: uma educação emancipatória, capaz de estar em sintonia com os novos tempos e as mudanças, porque crítica, transformadora e dialógica e voltada para a liberdade de escolha dos sujeitos culturais inseridos em contextos específicos; uma educação que fosse não só *“uma fonte que congrega informações, mas principalmente uma mediação na formação da consciência crítica, da consciência de classe e da dimensão participativa dos sujeitos sociais”*. (HERNÁNDEZ, 2002)

Nessa perspectiva ela desencadeia ações que levam os sujeitos a refletirem sobre o seu papel no mundo como sujeito histórico e ator nesse cenário da vida.

Uma educação que apresentasse aos seus alunos o mundo – seu próprio mundo – do tempo deles, com todos os impasses a serem vividos. Não dá para encobrir realidades que estão nas vitrines, nos meios de comunicação de massas, nas cenas do cotidiano, dentro das casas. É o pai desempregado ou mesmo o vizinho, um parente próximo. É a falta do dinheiro, o “fetiche” do mundo capitalista, fator de sobrevivência nesse mundo. É preciso desnudar os pacotes que chegam prontos, no sentido de mostrar a esses cidadãos que a história deles ainda está por construir e que é preciso coragem para promover rupturas em nome da “hominização” pela educação.

A hominização opera-se no momento em que a consciência ganha a dimensão da transcendentalidade. Nesse instante, liberada do meio envolvente, despega-se dele, enfrenta-o, num comportamento que constituiu como consciência do mundo. Nesse comportamento, as coisas são objetivadas, isto é, significadas e expressadas: o homem as diz. A palavra instaura o mundo do homem. A palavra como comportamento humano, significante do mundo, não designa apenas as coisas, transforma-as ; não é só pensamento, é práxis. Assim considerada, a semântica é existência e a palavra viva plenifica-se no trabalho. (FREIRE, 2002)

Essa citação freiriana dá a dimensão filosófico-pedagógica da educação, ou seja, formar cidadãos conscientes do seu papel social e do compromisso consigo mesmo e com os seus semelhantes, na permanente busca do aprimoramento humano, como se “ser educado” significasse estar atento, consciente ao “outro” que dá vida e sentido ao auto-saber, que é o saber que cada um carrega ao construir-se como sujeito da aprendizagem.

Desejava-se uma educação solidária que permitisse a partilha de conhecimentos, valores, idéias, objetivos e sonhos com a comunidade; uma educação voltada para a ação, transformadora, para uma transformação da realidade, uma dialética entre o particular e o geral pois, na mesma proporção que o sujeito se solidariza e interage com o outro, não abre mão da sua singularidade; é, também, um sujeito que vai além de si mesmo, completando-se no outro. Esta parceria em cadeia é que forma a rede de solidariedade, provocando trocas e partilhas com alunos e professores, assumindo sua própria história.

Desejava-se uma educação plural, diversificada, multidimensional, que abrangesse não só os conhecimentos construídos sistematicamente, mas as experiências sociais nascidas da participação desses sujeitos em movimentos sociais, entidades diversificadas, até mesmo nos subempregos e empregos que, na verdade, são visualizados como espaços de lutas dos segmentos sociais atingidos.

Mance comenta essa nova forma de construir conhecimento e transformação quando diz que: *“o papel do diálogo na educação solidária é não somente compreender e permitir a comunicação democrática, peculiar aos diálogos que buscam o consenso, como também possibilitar a vigência simultânea de posições distintas e mesmo antagônicas”*.

E adotar uma postura dialógica é educar na liberdade (FREIRE, 1996)

O processo dialógico aproxima o cultural do institucional, abrindo possibilidades de uma concretização das classes comumente excluídas dos espaços de conhecimentos. Dialogar é, assim, um aspecto importante das ações educativas e culturais, pois colabora na

problematização da realidade, na recuperação dos conhecimentos historicamente elaborados sobre a práxis social global, nas reflexões dos padrões de organização social, na crítica das utopias pessoais e grupais, como também na consolidação de ideais dos grupos que atuam nos movimentos sociais organizados.

Desejava-se, enfim, uma educação que acenasse para uma nova forma de globalização, capaz de universalizar o saber e propagar formas inauguradoras de uma sociabilidade que, conforme sinaliza Habermas (1983), estivessem voltadas para a racionalidade comunicativa, na qual os sujeitos são os atores de uma nova forma de conhecimento, que seja capaz de, unindo pensamento e linguagem, numa dimensão dialógica, retomar os sentidos político e social de uma educação de todos e para todos.

A velha economia leva-nos a fraturas sociais e degradações ambientais irreversíveis. Queremos um desenvolvimento durável, que nada mais e do que a manifestação de uma solidariedade expressa em relação a gerações futuras a quem devemos legar um patrimônio pelo igual aquele que recebemos de nosso país. Sem isso, essas gerações, que serão mais numerosas que nós, não terão mais nada a explorar e fazer frutificar. (D,ORFEUIL, 2002)

Quem também analisa essa questão é Lima (2002), ao comentar a obra de Paulo Freire:

Para Freire, a associação de uma interpretação crítica da realidade à práticas políticas de mobilização organizacional pode gerar novas possibilidades democráticas e apoiar ações do tipo contra-hegemônico, numa clara associação com o pensamento de Gramsci, assim valorizando o processo educativo enquanto elemento central de uma ação política e da construção de uma democracia participativa que pressupõe, uma teoria do sujeito.

Encontra-se, em Arruda (1998), uma proposta de educação como aprendizagem da práxis, um modo de conceber e fazer a educação como uma aprendizagem de poder. Seus objetivos essenciais são:

1) A apropriação, por cada cidadão e cada comunidade, dos instrumentos adequados para a teorização da sua própria prática individual e social; para a compreensão profunda dessa prática em todas as suas dimensões e articulações, isto é, para o desenvolvimento da sua consciência social e universal; e para a criação de uma visão totalizante da realidade que lhes permita extrair dela os elementos necessários à orientação estratégica e tática das suas ações e das suas alianças (...)

2) A apropriação, por cada cidadão e cada comunidade, de todo conhecimento científico, político, social, cultural acumulado pela humanidade ao longo da História, que

possa servir para a satisfação das suas necessidades e aspirações.

3) A apropriação, por cada cidadão de cada comunidade, dos instrumentos de avaliação crítica do conhecimento universal acumulado, seja o conhecimento científico, seja o conhecimento histórico-social, seja o conhecimento de si próprio, de modo que os educandos possam identificar seu caráter histórico e cultural e se proponham renová-lo, atualizá-lo e mesmo recriá-lo (...) Arruda (1988)

Essa proposta harmônica parece estar coerente com um projeto de desenvolvimento e democracia integrais e adequados ao projeto ora elaborado.

Mas ...

... os passos dados foram mais longe e houve um “mergulho” em Yus (2002), Perissé (2003), Alves (2001), Carbonell (2002) entre outros para conhecer as Comunidades de Aprendizagem (CA) que pareceram mais apropriadas para o estudo.

O significado da palavra comunidade, do latim *communitate*, está relacionado aos conceitos de conjunto, comunhão, espaço, participação e totalidade. No contexto específico da aprendizagem, esses constructos combinam-se para dar origem à noção de associação de pessoas com comunhão de interesses, objetivos e idéias: reunidas em ambientes reais ou virtuais, envolvidas em um esforço solidário e cooperativo de todos para processar informações e organizar conhecimentos, em uma dinâmica contínua de crescimento.

Após comparar uma comunidade de aprendizagem a uma comunidade ecológica, Yus lista nove princípios das CA que serão apresentados na íntegra:

1. Em uma comunidade de aprendizagem, o currículo é “vida em todas as suas manifestações”. A essência da educação e a aprendizagem sobre a vida mediante a participação e a relação em comunidade, incluindo não apenas as pessoas (sociedades, culturas), mas também as plantas, os animais, e a natureza em seu conjunto. Assim os recursos primários são as vidas, as experiências, as relações, as questões e os interesses dos próprios aprendizes.
2. Uma comunidade de aprendizagem proporciona ambientes apropriados – de apoio, valores, sentidos, responsabilidade e aceitação da aprendizagem – que reforçam a autovalorização, o trabalho intelectual e o comportamento responsável. Aqui a contribuição de alguém depende do que traga da experiência, e nenhum valor pessoal de quem quer que seja deve ser questionado. O sentido de pertencer, a responsabilidade e o acerto de contas são assumidos como sinônimos para os membros da comunidade.
3. Uma comunidade de aprendizagem é projetada para refletir os interesses e as capacidades dos aprendizes. Dado que é relevante para o interesse e as habilidades de seus membros, os indivíduos devem ter tanto poder sobre seu ambiente de aprendizagem quanto sejam capazes de manejar. Nesse sentido os estudantes devem

ser estimulados a aprender por sua própria iniciativa e de forma tão diversa quanto possível.

4. Uma comunidade de aprendizagem é cooperativa e sistêmica, ou seja, todos são simultaneamente aprendizes e servem de recursos para qualquer um. Os resultados são projetados para desafiar a intuição, a imaginação, o conhecimento e as destrezas dos membros, incluindo o instrutor. A aprendizagem com os colegas é elevada e todos reconhecem esse fato em muitas situações, pois sem dúvida, dois ou mais responsáveis são melhores do que um.
5. Uma comunidade de aprendizagem vai além dos limites da sala de aula. Como o currículo reflete todas as experiências da vida do aluno, a comunidade de aprendizes amplia-se para incluir outros colegas, administradores, equipe docente, pais e membros da comunidade em geral (entendendo-se por comunidade tudo o que é suscetível de interagir como aprendiz, o que inclui atualmente o ciberespaço).
6. Em uma comunidade de aprendizagem, a aprendizagem é participativa e envolve o aprendiz em sua totalidade. A aprendizagem é sempre vivencial e relevante no sentido de assegurar a participação do aprendiz na tomada de decisões que conforma sua aprendizagem. Desse modo, os processos intuitivos e cognoscitivos são respeitados, assim como o conhecimento e as experiências de aprendizagem são projetados para refletir a natureza multidimensional e multissensorial da inteligência, do pensamento e da aprendizagem.
7. Uma comunidade de aprendizagem é caracterizada pela consistência e pela sensibilidade. Visto que o ambiente pode ser dependente, a pouca ou nenhuma ansiedade ou medo. Quando o ambiente de aprendizagem é relativo, maleável e sensível, os estudantes podem participar ativamente da criação e da determinação de sua experiência de aprendizagem.
8. Uma comunidade de aprendizagem proporciona uma avaliação regular, consistente e apropriada mediante vários feedbacks. O propósito principal da avaliação é proporcionar feedbacks positivos em função do progresso rumo a objetivos de aprendizagem claramente definidos, visando a extrair o melhor das possibilidades criativas inerentes de cada membro da comunidade. Essa avaliação não é julgadora nem competitiva.
9. Uma comunidade de aprendizagem é energizada por um propósito, uma visão ou uma missão compartilhados. Um propósito compartilhado de mudar um sorteio aleatório dos estudantes individuais que devem ser designados para a mesma classe em uma autêntica comunidade de aprendizagem. Por exemplo, compartilhar pontos de vista que raramente terão sido impostos de cima por um professor, mas, ao contrário, terão emergido de metas, aspirações e sonhos dos próprios membros. Um sentido deliberadamente compartilhado pode criar um ajuste de energia que potencialize e energize a todos. Nesses casos, a formação individual normalmente vai muito além das expectativas previsíveis.

Imbernon (2000) apresenta um quadro comparativo entre a situação vigente e a

proposta de Comunidade de Aprendizagem:

DE	PARA
<i>Comunidade Escolar</i>	<i>Comunidade de Aprendizagem</i>
<i>Crianças e jovens aprendendo</i>	<i>Crianças, jovens e adultos aprendendo</i>
<i>Adultos ensinando crianças e jovens</i>	<i>Aprendizagem entre gerações e entre pares</i>
<i>Educação escolar</i>	<i>Educação escolar e extra-escolar</i>
<i>Educação formal</i>	<i>Educação formal, não-formal e informal</i>
<i>Agentes escolares (professores)</i>	<i>Agentes educativos (professores e outros sujeitos que assumem funções educativas)</i>
<i>Agentes escolares como agentes de mudança</i>	<i>Agentes educativos como agentes de mudanças</i>
<i>Alunos como sujeitos de aprendizagem</i>	<i>Alunos e educadores como sujeitos de aprendizagem</i>
<i>Visão fragmentada do sistema escolar (por níveis educativos)</i>	<i>Visão sistêmica e unificada do sistema escolar (desde a educação pré-escolar até a educação superior)</i>
<i>Planos institucionais</i>	<i>Planos e alianças interinstitucionais</i>
<i>Inovações isoladas</i>	<i>Redes de inovações</i>
<i>Rede de instituições escolares</i>	<i>Rede de instituições educativas</i>
<i>Projeto educativo institucional (escola)</i>	<i>Projeto educativo comunitário</i>
<i>Enfoque setorial e intraescolar</i>	<i>Enfoque intersetorial e territorial</i>
<i>Ministério da Educação</i>	<i>Vários Ministérios</i>
<i>Estado</i>	<i>Estado, sociedade civil, comunidade local</i>
<i>Educação permanente</i>	<i>Aprendizagem permanente</i>

A análise de algumas experiências já implementadas ⁽⁴³⁾ independente do foco escolhido (sala de aula, escola, bairro, município, ambiente vital), alerta para o fato de que, deve-se partir de uma mudança do conceito educacional de todos os agentes envolvidos:

...é necessário abandonar a visão restrita da educação, entendida fundamentalmente como educação escolar e formal, que continua sendo dominante. É necessário também romper as barreiras existentes entre educação- ou aprendizagem- formal, não formal e informal, sobre as quais repousa a organização e o funcionamento dos sistemas; é necessário deixar de pensar a educação – e a aprendizagem – como um processo que ocorre em um período temporal delimitado da vida das pessoas e reorganizar os serviços educativos em torno do princípio da aprendizagem ao longo da vida; é necessário enfim, mudar os critérios e as propostas que orientaram tradicionalmente, e continuam orientando, ainda hoje, a definição e o desenvolvimento das políticas educativas por parte da maioria dos governos locais, regionais, nacionais e das agências e organismos internacionais. (COLL, 2002)

⁴³ As communities of Learners, impulsionadas por Brown e Campione, e as Knowledge-building Communities, exemplo de CA em sala de aula; o Projeto das Escolas Aceleradas (The Accelerated Schools Project) voltado para CA da rede escolar, o movimento Learning Regions, uma cidade educadora baseada em cidades.

Se isso não acontecer, as CA tendem a se tornar uma associação periférica, deixando-se levar por ativismo bem intencionado, mas reprodutor do sistema e com sua capacidade de impulsionar processos de mudança quase nula, pois não *conseguem “ter plena autonomia para se constituírem como sinergias antagônicas ao poder”* (TIRIBA, 2001)

A cumplicidade entre educação e economia solidária.

Essa é uma visão próxima do que este estudo propõe, na medida em que acredita que a questão central do desenvolvimento integral é o sujeito, e, para isso, deve haver uma via de reflexão/ação para que os cidadãos, criaturas e criadores de sua própria história, possam entender que ninguém mais do que eles podem e devem tecer a teia de sua participação efetiva na decisão de seu próprio caminho. É nesse ponto que emerge, com clareza, a estreita vinculação entre Economia Solidária e Educação.

A pedagogia revolucionária é crítica. E, por ser crítica, sabe-se condicionada. Longe de entender a educação como determinante principal das transformações sociais, reconhece ser ela elemento secundário e determinado. Entretanto, longe de pensar, como o faz a concepção crítico-reprodutivista que a educação é determinada unidirecionalmente pela estrutura social, desenvolvendo-se a sua especificidade, entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. (SAVIANI, 1991)

Educação e Economia Solidária tornam-se cúmplices nesse processo; são co-autoras pois agem conjuntamente, uma transformando e instrumentalizando a outra e vice versa.

Apesar disso, cada uma mantém seu espaço e suas características peculiares e específicas.

Papel da Educação

Cabe à educação o ser capaz de dar subsídios para cada cidadão atuar de forma solidária, se co-responsabilizar por tarefas e transformar o comodismo, a mesmice e o medo em novas formas de criação, em rupturas significativas.

A busca do conhecimento da própria realidade com uma prática educativa de experimentar, vivenciar, para, a partir daí, conceituar, ganhar consciência é o caminho de uma ação transformadora, que refletida e compartilhada, abre caminho para a construção da consciência humana capaz de fazer da pessoa ou grupo social o sujeito da criação de conhecimentos, o essencial é que aprenda a teorizar sua própria prática individual e social, em todos os campos e dimensões do seu trabalho

e de sua vida, a partir de uma visão totalizante da realidade, poder extrair elementos estratégicos para sua ação transformadora. (BOFF, 2001)

Segue-se outra função significativa da educação que envolve a formação teórico-prática profissional dos trabalhadores .

Coelho (1984), ao analisar essa função, diz que uma das maiores contribuições que a escola pode dar à classe operária não é tanto “*conscientizá-la*”⁽⁴⁴⁾ como se ela não conhecesse a verdade “*libertadora*”, mas, sim :

Ensinar de fato a expressão oral, a leitura, a escrita e as operações fundamentais da matemática a seus filhos. Se assim o fizer estará contribuindo para sua libertação pois o desconhecimento de tais técnicas coloca o operário numa posição extremamente desigual frente aos que o exploram e ele sabe disso. É preciso, além disso, usar a escola para dar ao trabalhador os conhecimentos técnico-científicos necessários ao controle técnico e social do processo de produção, dar-lhe os instrumentos para que possa não só explicitar seu saber, liberar sua consciência de classe e defender seus interesses específicos, assim como propiciar-lhe uma compreensão mais profunda da cultura que e coletivamente produzida por toda a sociedade.⁽⁴⁵⁾

Surge outra função da educação nessa cumplicidade com a Economia Solidária : organizar as comunidades de aprendizagem. Torres (2003) lista o que seria necessário para essa organização:

- Concentração em torno de um território determinado.
- Construção sobre processos já em andamento.
- Crianças e jovens como beneficiários e atores principais.
- Processos participativos na formação, na execução e na avaliação do plano educativo.
- Projetos associativos e construção de alianças.
- Orientação no sentido da aprendizagem e ênfase na inovação pedagógica.
- Revitalização e renovação do sistema escolar público.
- Prioridade para as pessoas e desenvolvimento dos recursos humanos.
- Intervenção sistemática e busca de articulações.

⁴⁴ Essa idéia que perpassa por muitos discursos pedagógicos traz em seu bojo uma ideologia compromissada com o autoritarismo pois está fundamentada nas dicotomias saber/ignorância, consciência/inconsciência e supõe que a consciência crítica possa ser dada ou adquirida, possa vir de fora. Fragiliza assim, novamente, o homem subordinado. Por isso, parece interessante colocá-la aqui.

⁴⁵ Não há espaço neste trabalho para analisar os diferenciados empreendimentos solidários que já existem (estudados por Ventura, 1999, Machado & Fidalgo, 2000, Bomfim, 2003, entre outros) nem os organismos governamentais que dão as diretrizes para a formação profissional como PLANFOR e o PROGER nem as ideologias subjacentes as suas propostas. Fica no entanto um alerta para as relações por eles estabelecidas e a Economia Solidária.

- Sistematização, avaliação e difusão da experiência.
- Construção de experiências demonstrativas.
- Continuidade e sustentabilidade dos esforços.
- Processos e resultados com o uso eficiente dos recursos.

Pode-se completar a idéia, acrescentando que essa mudança deve ocorrer em cada professor e partir para o coletivo escolar, e, depois, expandir-se, criando espaços para que os setores populares tomem suas histórias nas próprias mãos .

Para isso é preciso sensibilizar, acreditar, tornar transparentes obstáculos políticos/econômicos/sociais, refleti-los e discuti-los de forma aberta, para que cada homem, cada mulher, cada criança sejam efetivamente co-autores dessa nova história que terá, como objetivo maior, a libertação pela emancipação e pela autonomia.

Por último, parece-nos que cabe à educação resgatar e implementar as redes de colaboração a fim de que:

Pessoas excluídas das condições dignas de vida ou não mais desejam estar submetidas à lógica do capital para assegurar o bem-viver, possam desenvolver atividades em rede de colaboração solidária, visando não apenas a geração de trabalho e com distribuição de renda em empreendimentos auto-sustentáveis, mas o desabrochar de suas diversas dimensões humanas (afetivas, cognitivas e sociais no exercício da cidadania ativa). (ARRUDA, 1997)

Sabe-se que, no campo político, as redes de colaboração solidária defendem a gestão democrática do poder, buscando garantir a todas as pessoas iguais condições de participar e decidir, não apenas sobre as atividades de produção e consumo praticadas, mas também nas demais esferas políticas da sociedade, no intuito de combater todas as formas de exploração de trabalhadores, expropriação de consumidores e dominação política, enfatizando o papel da cidadania ativa na busca do bem comum e da cooperação entre os povos.

eticamente as redes de colaboração solidária promovem a solidariedade, isto é, o compromisso pelo bem-viver de todos, o desejo do outro em sua valiosa diferença, para que cada pessoa possa usufruir, nas condições possíveis, das liberdades públicas e privadas. Desejar a diferença significativa, acolher as diversidades étnicas, de religiões e credos, de esperanças, de artes e linguagens em suma, acolher as mais variadas formas de realização singular da liberdade humana. (MANCE, 2002)

E a educação parece ser capaz de instrumentalizar cada pessoa e a rede como um todo para esse tipo de ação.

Papel da Economia Solidária

A partir de agora, será delineado o papel que cabe à Economia Solidária.

A Economia Solidária possui significativo potencial educativo:

O grupo associativamente trabalha e reflexiona, critica e dialogicamente, sobre os problemas organizacionais de seus trabalhos produtivos, necessariamente está vivendo um intenso processo educativo [!] que, ainda que parta da realidade e se alimente dela (nível 'micro'), está determinado [?]e condicionado pelo contexto(nível 'macro') muitas vezes imanejável pelos próprios associados. (TIRIBA, 2001)

Assim, os próprios trabalhadores podem fornecer e “cobrar” continuamente dados sobre as necessidades sentidas em relação à área educacional. Tiriba (2001) apóia nossa idéia quando diz :

Se a relação trabalho/educação tem como pressuposto que o conhecimento produzido na escola tem como fonte inspiradora o saber produzido nas relações sociais que os homens estabelecem em seus processos de trabalho e em suas relações mais amplas de outro, a possibilidade de transformar a ação em ação-transformadora pode ganhar corpo quando os trabalhadores tiverem assegurado, ao menos, o direito a educação básica, fundamental e media.

Assim, dos trabalhadores surgem as demandas pelo tipo e pela forma de educação que pode possibilita-los a superar a sua histórica condição de executores de tarefa, a gerenciar seus próprios meios de produção, a entender e apresentar-se ao mercado, a compreender e influenciar a legislação a participar e mudar as orientações políticas. ⁽⁴⁶⁾

A cumplicidade entre educação e a proposta apresentada.

Em capítulos anteriores foi discutido o ponto de partida para uma proposta de implementação de um projeto de Economia Solidária: conhecer o município-base da implantação.

Ousadamente, busca-se a educação para que se torne cúmplice no levantamento de

⁴⁶ Como já foi dito em outro momento não cabe neste trabalho a análise da forma como atualmente ocorre essa demanda (mais centrada nos coordenadores externos que orientam as cooperativas) nem da maneira como os trabalhadores encaram. Existem, no entanto, trabalhos a respeito como o de Edenise da Silva Antas (2000).

dados.

Assim, ela poderá, em um primeiro momento, vivenciar internamente um trabalho dialógico e coletivo de todos os seus agentes nas discussões de seus limites e potencialidades, na elaboração do planejamento curricular capaz de inserir São João da Barra no dia-a-dia da sala de aula e na implantação do planejamento.

Nesse segundo momento, abrindo seus muros, a escola imiscuir-se-á com a comunidade na troca de informações e de solidariedade necessárias a uma Economia Solidária.

Inicia-se, assim, uma pedagogia crítica, “uma política da diferença e do fortalecimento do poder através das vozes e para as vozes daqueles que são quase sempre silenciados.” (GIROUX, 1994)

E a escola começa a ser um espaço de acolhida e de pertencimento na vida da comunidade, constituindo-se um agente legítimo para desencadear esse diálogo.

Sairá de seu isolamento e da invisibilidade para que as novas e velhas gerações (re) apreendam a realidade, na realidade e a partir desta (re) aprendam a conviver em busca da reinvenção da sua sociedade.

4- PROJETO AGENDA : UMA IDÉIA EM CONSTRUÇÃO

“A chave desta estratégia é a compreensão de que, por um lado, iniciativas cooperativas isoladas (nível micro) não tem poder transformador efetivo e potencial; é necessário tecer redes cooperativas e solidárias de intercâmbio comercial, técnico, financeiro, cultural e afetivo (nível meso) nos espaços local, nacional e global que seja ao mesmo tempo socioeconômico, político e cultural (nível macro). Projeto aqui significa visão de uma sociedade humana – nacional e global – e o poder político podem ser reorganizados de um modo justo, participativo e sustentável.” (Arruda, 2001)

A educação vista como um processo, que deve ter como uma de suas metas o alcance da consciência crítica pelos alunos, é o lugar ideal para que uma nova concepção de globalização aconteça. Em lugar do privatismo das relações e ações humanas, deverá surgir uma concepção do homem como agente de mudança e portador de capacidades que estão voltadas para o agir emancipatório. A natureza humana é, por si só, social e política e isolada das relações sociais, sejam elas frutos do trabalho ou não, os homens tornam-se amargos e por que não dizer “esquizofrênicos”, não sabendo flexibilizar seu pensamento e suas emoções para novas realidades.

Nessa linha de pensamento, o sentido da escola do mundo globalizado talvez deva ser o de uma educação superadora, ao mesmo tempo dos desafios sócio/econômicos, culturais, éticos e educativos, pela via da cooperação solidária e de um associacionismo fundado no diálogo, na convivência e na ética coletiva.

O autogerenciamento exige conhecimento por parte dos cooperados, da comunidade, das suas expectativas, do mercado local, das demandas sócio/político/culturais locais e das alternativas que se abrem para um projeto solidário. SANTOS (2002) comenta ao falar das formas alternativas de desenvolvimento, que é de extrema importância *"privilegiar a escala local, tanto como objeto de reflexão como de ação social"*. Isto se dá especialmente face aos efeitos desiguais e de exclusão do modelo convencional de desenvolvimento, pois os atores da

busca de alternativas devem ser as comunidades marginalizadas, pois elas têm sido sempre os objetos de políticas megalômanas, que em nome de mudanças que jamais acontecem, retiram recursos milionários dos cofres públicos, muitas vezes sem deixar que os sujeitos sociais desenhem o seu destino. Esses grupos, quando movidos por uma consciência crítica, muitas das vezes surgida da necessidade imperiosa de se organizarem na luta contra o poder econômico hegemônico, são os verdadeiros agentes transformadores do local, porque só na sua cultura, organicamente engajados aos desejos de seus companheiros de infortúnio, poderão lutar por uma causa comum.

Somente o controle efetivo dos meios de produção pelos trabalhadores, através de uma apropriação efetiva de uma habilitação e vontade coletiva que garanta o domínio da base sócio-produtiva, poderá romper com as relações sociais, as técnicas de produção e as forças produtivas sociais dominadas pelo capital. Nesse sentido somente a emancipação econômica e social se coloca no centro da práxis coletiva da classe trabalhadora como condição necessária e primeira da revolução social.

Uma nova forma de organização societária, baseada na cooperação, deve ter seus valores baseados na autonomia, na democracia participativa, na igualdade, na equidade e na solidariedade. Sendo assim, Boaventura Souza SANTOS (2002) comenta sobre os princípios norteadores dessa práxis coletiva:

O vínculo aberto e voluntário; o controle democrático por parte dos membros; a participação econômica dos membros; a autonomia e a independência em relação ao Estado; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que esta localizada a cooperativa.

A possibilidade da busca da liberdade, via autogestão, passa por um processo de amadurecimento de vários fatores que não são apenas econômicos, mas culturais, sociais e políticos, na medida em que o êxito de alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo, do exercício da democracia participativa e da democracia econômica, para que se possa estabelecer uma unidade entre política e economia, que o capitalismo, com sua prática falsa, sempre fez questão de separar.

Todas as discussões realizadas nos capítulos anteriores levaram à seleção de uma forma de produção – a Economia Solidária - como uma possível solução para a crise hoje instalada e para ser aplicada no município de São João da Barra.

A economia solidária surge como modo de produção e de distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). (SINGER, 2002)

Permitiram também a escolha do instrumento-base a ser utilizado como mediador da autonomia desejada – a Educação.

...os processos educativos, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras e constituintes da sociedade em que vivemos. São práticas sociais não neutras. Elas podem, e têm feito, predominantemente, reforçar as relações sociais capitalistas que subordinam o trabalho, os bens da natureza, a ciência e a tecnologia como propriedade privada, valores de troca e a conseqüente alienação e exclusão de milhões de seres humanos da vida digna ou de sua radical transformação. Esses processos educativos têm o mercado e o capital como medida de tudo, em função do privilégio de poucos. Mas a história vem mostrando que eles podem se constituir em instrumento de crítica a essas relações sociais e, também, promotores de uma nova sociedade que afirme o ser humano como medida de todas as coisas e os bens do mundo como bens de uso de todos os seres humano. (FRIGOTTO, 2002).

Contextualizada a ação, ou seja, apontado o local da implantação,- o município de São João da Barra - parte-se para elaborar uma proposta de ação pois,

... reagir só com palavras, denúncias e idéias não mudará nem criará nada de novo. É preciso fazer o caminho para alcançar esse objetivo. No campo histórico-social, igualmente, é necessário agir para que outra ordem global se torne realidade. (ARRUDA, 2001)

Essa proposta visa, portanto, provocar o início do desenvolvimento do município, 1) mobilizando toda a comunidade na busca de um conhecimento crítico maior de suas necessidades, potencialidades, limitações e possibilidades em prol de sua autonomia sócio-político-econômico-cultural, traduzida em relações mais justas e igualitárias de trabalho do mercado produtivo, passando pela solidariedade, mobilização e organização de um “aprender a fazer”; 2) desenvolvendo em cada cidadão e no grupo como um todo, a aceitação de que constituem um grupo peculiar, específico e unido pela mesma história de costumes, tradições e valores enriquecidos pela particularidade de cada ser e de que – juntos, em processo dialógico – podem-se unir em torno de objetivos comuns, sejam promovidos pelo desejo ou pela necessidade.

O que faz uma verdadeira comunidade é a decisão consciente dos seus membros de dividir entre si a responsabilidade pelo seu destino comum. Neste sentido, uma comunidade humana emerge de um processo intencional, que envolve ganhar conhecimentos uns dos outros, constituir um conjunto, de objetivos comuns, segunda o qual cada membro assume a responsabilidade de realizar tarefas e contribuições e a co-responsabilidade em cuidar do bem uns dos outros e do conjunto da comunidade. (ARRUDA, 2001)

Surge, assim, o Projeto AGENDA – Ações Gerenciadas para o Desenvolvimento da Autonomia. (Anexo 3)

O Projeto

A tese é, paradoxalmente, uma atividade lúdica que apanha diversas perspectivas em contraponto, exacerba dinamicamente os contrastes e nos faz descobrir nova maneira de ler ou de ver o já visto ou lido. Peculiar originalidade, lança-se mão dos dados para inventá-los: ganha-se precisão do pensamento na verticalização de um tema que se restringe para se tornar mais seguro, a nuance da reflexão que incorpora, sem falsa modéstia, o imprevisto, o insólito, o dissociado, a capacidade dialética que apreende as vozes que se dispersam na compreensão e/ou interpretação dos fenômenos.” (FERRARA, 2002)

O projeto, que se propõe, e que tem por mediação a educação, pretende ir além da questão do conhecimento, uma vez que envolve uma ampla mobilização das comunidades, na busca de um conhecimento maior de suas necessidades, potencialidades, limitações e possibilidades, tendo em vista sua elaboração, viabilizados pelos agentes educacionais, para que criem novos espaços de participação solidária de todos, na busca da autonomia.

A justificativa deste projeto está no desejo dos responsáveis pelas políticas públicas educacionais do município em criar espaços para que os setores populares tomem sua história nas mãos. Para isso é preciso sensibilizar, acreditar, tornar transparentes obstáculos políticos/econômicos e sociais, refleti-los e discuti-los de forma aberta, para que cada cidadão seja efetivamente co-autor dessa nova história, que terá, como objetivo maior, a libertação pela emancipação e pela autonomia.

O Projeto AGENDA (Ações Gerenciadas para o Desenvolvimento da Autonomia), como uma forma de busca de autonomia, imbuído de um espírito comunitário capaz de romper as formas vigentes de dominação através das relações capitalistas de produção, que não permitem alternativas de sobrevivência que não seja pela escravidão das formas globalizadas de leitura da realidade, passou por várias etapas de construção e socialização de saberes, opiniões, pareceres, adesões e manifestações de apoio, até que chegou a uma proposta na qual entende-se a necessidade de transformá-la em um projeto de intervenção, afim de proporcionar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos sanjoanenses de forma organizada, mobilizada ou porque não socializada.

Para isso foi pensado o desenvolvimento dessas Ações divididas em quatro fases distintas (detalhamento no item Estrutura, p.):

1 – DIAGNOSE

2 – SOCIALIZAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS

3 – ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE PRODUÇÃO

4 – CONTEXTUALIZAÇÃO DE MUDANÇAS NO SISTEMA DE ENSINO

Os objetivos

Geral

Sensibilizar e organizar as comunidades sanjoanenses por intermédio do sistema educacional do município, para uma reflexão sobre a realidade, tendo em vista a elaboração de uma proposta emancipatória fundada no desenvolvimento auto-sustentável de todos os moradores de toda a região.

Específicos

1) Mobilizar as comunidades para uma participação co-responsável no projeto, refletindo em busca de uma nova organização societária, baseada em princípios de solidariedade;

2) Levantar dados sobre o município a partir de ações e estratégias implementadas pelos agentes educacionais (diretores, orientadores pedagógicos, professores, alunos),

acompanhados pela equipe central da SEMEC (Secretaria de Educação e Cultura do Município de São João da Barra) .

3) Oportunizar a socialização dos dados pelas trocas de informações dos grupos que participam da pesquisa entre si e com a comunidade;

4) Provocar a criação de comunidades de aprendizagem;

5) Tornar contextualizado o trabalho escolar, com inserção no currículo de dados sobre o município.

Estrutura

O projeto apresenta quatro etapas assim esquematizadas :

ESQUEMA DA PROPOSTA		
ETAPAS	SIGNIFICADO DE CADA UMA	AÇÕES
<u>Diagnose</u>	Conhecimento da realidade do município via levantamento de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento dos indicadores geográficos, históricos, sociais, culturais, econômicos (anexo 4); • Planejamento curricular nas escolas ; • Organização dos passos do trabalho a ser realizado pela equipe central e por cada escola; • Criação de instrumentos capazes de estabelecer a rede de comunicação escolar/secretaria; • Criação de instrumentos para apresentar e desenvolver o programa para a comunidade; • Criação de material de apoio para o trabalho na escola.
<u>Socialização dos dados obtidos</u>	Tornar a comunidade consciente do seu próprio perfil	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento do produto final a respeito dos dados obtidos que será apresentado por cada escola; • Planejamento da discussão dos

		dados pelos alunos do município; <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento da concretização da etapa comunitária
<u>Organização dos grupos de produção</u>	Início da gestão solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento dos grupos de trabalho por áreas afins; • Organização dos grupos/área de produção; • Organização de debates e reflexões sobre a produção, seus problemas e soluções; • Formação de cooperativas
<u>Contextualização de mudanças no sistema de ensino</u>	Contextualizar a educação visando torná-la cúmplice da nova forma de organização societária	<ul style="list-style-type: none"> • Formação continuada dos professores, diretores, orientadores pedagógicos e supervisores; • Discussões e mudanças nas grades e matrizes curriculares; • Elaboração de um sistema de avaliação condizente.

Na **diagnose**, alunos e professores das escolas, divididas em conjunto com a comunidade por distrito (Anexo 5) farão o levantamento do perfil sócio /histórico/ cultural/ geográfico/ econômico do município

Cada escola com a participação de todos os seus agentes (primeira tentativa de união e interação) e de acordo com suas limitações e possibilidades, decidirá de que maneira desenvolverá seus trabalhos para obter os dados, elaborará seus planejamentos e cronograma e apresentará os resultados obtidos (= produto final).

À equipe de coordenadores da SEMEC, mediadora dessa primeira fase, caberá unificar o trabalho, atender às necessidades de cada escola e discutir (outro momento dialógico) com os professores as diferentes possibilidades teórico-práticas não só das estratégias a serem utilizadas (pesquisa de campo, bibliográfica e via internet, questionários e entrevistas, filmagens e fotografias, por exemplo) como das diferentes formas de apresentação do produto final (textos escritos, orais e audiovisuais, maquetes, dramatizações, debates, seminários, entre outros).

Para a eficácia dessa etapa, será proposta a elaboração de um cronograma único de fichas de controle como de avaliação contínua.

A segunda etapa – **Socialização dos dados obtidos** – constituir-se-á de três momentos.

O primeiro, apresentação final dos produtos obtidos através das pesquisas pelas escolas. Propõe-se uma exposição de todos os produtos, aberta à visitação dos alunos e da comunidade..

Em um segundo momento, os alunos dos três distritos trocarão as experiências vividas bem como os dados conseguidos: encontros por segmento de ensino com debates, exposições, estratégias lúdicas como jogos e concursos .

No terceiro momento, as comunidades trocarão idéias, experiências, conhecimento, refletindo coletivamente as visões obtidas com relatórios registrando idéias e posições.

As terceira e quarta etapas acontecerão concomitantemente. Na terceira etapa do projeto – **Organização dos Grupos de Produção** – as comunidades já munidas dos dados, dos resultados decorrentes, das trocas e socializações, conhecidas necessidades e possibilidades, dos grupos e do município como um todo, serão orientadas e organizadas por atividades afins para que, juntas, criem as estratégias que darão corpo a uma rede de cooperação que possa instalar-se e operar, de maneira democrática e auto-sustentada, de forma a garantir o seu desenvolvimento, bem como a emancipação e a autonomia de todos.

Uma equipe composta por elementos de todas as Secretarias de Governo orientará o movimento, dando-lhe subsídios legais, técnicos (sobre organização estrutura e funcionamento de cooperativas) e educacionais (como trabalhar em grupo de forma cooperativa e dialógica) para que todos os atores comecem a caminhar sozinhos e se autogerirem .

A quarta e última etapa – **Mudanças no Sistema de Ensino** – voltar-se-á para a escola e seu papel estratégico na gestão solidária. Será uma etapa em que cada instituição de ensino elaborará crítica e conscientemente uma proposta pedagógica consistente, holística, de construção, e contextualizada, saindo do isolamento em que se encontra.

Será uma etapa em que, ciente do seu papel, a educação do município se insira na sociedade a que pertence, conectando-se com ela em uma rede contínua e dinâmica de aprendizagem.

À SEMEC caberá desenvolver condições para que os instrumentos, chamados por Ibernou (2000) de ferramentas,⁽⁴⁷⁾ sejam construídas e vivenciadas.

⁴⁷ São elas: Ferramentas para a análise e a reflexão da realidade do contexto; Ferramentas para a fase de sensibilização; Ferramentas para a fase de tomada de decisão; Ferramentas para a fase de sonho; Ferramenta para a fase de medos e incertezas; Ferramentas para a fase de seleção de prioridades; Ferramentas para a fase de desenho do projeto; Ferramentas para a avaliação do projeto.

Metodologia

Com o apoio de Gadotti e de acordo com a coerência mantida até agora, não pode haver crença em metodologias delimitadas a priori para todas as etapas do projeto, que, ao recortar o real, o redimensiona através de ações que, por sua natureza transformadora recriam a realidade.

As metodologias que se fundamentam no pensamento dialético consideram a práxis como espaço de ação intencionada por idéias que buscam os objetivos que motivaram o projeto. O processo de desenvolvimento dessas ações, no curso da consecução do projeto, passa por contradições, por desvios e por obstáculos que fazem parte da práxis.

Do ponto de vista metodológico, os caminhos a serem perseguidos buscam a melhoria da qualidade de vida das populações para as quais o projeto se volta, não só no sentido material, mas, sobretudo, nas relações sociais que se dão nos espaços comunitários.

Conhece-se o ponto de partida mas não o desenvolvimento e as conclusões que serão obtidas: os dois pertencem aos atores, no próprio ato de produção, em cada passo vivenciado, em cada “destruição”⁽⁴⁸⁾ realizada.

Portanto, o método utilizado será o não-método, (o que não deixaria de ser um método embora distante do conceito cartesiano) e “*decidir-se pelo não-método significa ser autor, construir caminhos; (...) decidir-se pela autonomia e pela participação na busca de novos métodos (caminhos)*” (GADOTTI, 1984)

Eis, então, a intencionalidade metodológica da proposta: um método criado **na e pela** práxis.

Cronograma

Para a viabilização da proposta, calcula-se um prazo mínimo de dois anos, para o início da implantação.

⁴⁸ Estamos empregando a terminologia de HEIDEGGER em que destruição significa “decifração do essencial” após ruptura dramática com o existente.

E T A P A S	ANO I												ANO II											
	MÊS												MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1 ^a .	x	x	x	x	x	x	x	x	x															
2 ^a .										x	x													
3 ^a .											x	x	x	x	x	x	x							
4 ^a .										x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Os desafios levantados hoje incluem trabalhar por uma transformação libertadora da economia e da política, pela emancipação do trabalho humano, pela promoção da sociedade, a principal protagonista do seu próprio desenvolvimento, pela democratização das riquezas e também do controle dos bens produtivos, por uma re-ligação cooperativa e solidária dos seres humanos entre si e com a mãe natureza, por uma mudança no modo de avaliar o que é bom e o que é mau e pela reconstrução da educação num sentido libertador e a serviço do desenvolvimento integral da pessoa e das comunidades humanas. (ARRUDA & BOFF, 2002)

Assim sendo, a presente proposta tenta apontar algumas alternativas de conhecimento e de trabalho pela participação social efetiva dos atores envolvidos no processo. Um projeto que tem a educação como mediação para tomada de consciência da realidade, tem que considerar a subjetividade das pessoas, as necessidades, sensibilidades, afetividades, dimensão cognitiva, interesses e imaginários, sem esquecer a dimensão ética.

HISTORIA SIMPLIFICADA DO MUNICIPIO DE SÃO JOAO DA BARRA (séculos XIX e XX) ⁽⁴⁹⁾

O alvorecer do século XIX trouxe para o Brasil a família Real e com ela toda uma *entourage* palaciana que, acomodada no Rio de Janeiro, necessitava de gêneros diversos. São João da Barra que já vinha se dedicando ao comércio com aquela cidade passou a suprir as necessidades da recém-instalada Corte.

Se o comércio se intensificou, melhoraram as condições financeiras dos habitantes que, por conseguinte, melhoraram seus costumes e hábitos.

Aos poucos a vila foi conquistando melhorias, novas irmandades se formaram, (...) foram abertas escolas públicas e particulares, os jovens das principais famílias mandados para universidades, prédios vistosos e elegantes construídos, sociedades musicais e dramáticas inauguradas. De forma que, visitando a vila em 1847, o Imperador Dom Pedro II não teve dúvidas de que o progresso visto era sinal de que a vila merecia ser elevada à cidade, o que fez através de Decreto, datado de 17 de junho de 1850.

Econômica e socialmente, São João da Barra alcançou seu apogeu nesse período, o que atesta a descrição do Almanaque Laemmerth: “... a cidade edificada a margem direita do Rio Paraíba do Sul tem 804 casas, entre as quais 46 sobrados de um ou dois andares; destas casas são habitadas 758, dividindo-se em 19 ruas, 39 becos e travessas e 6 praças. Tem 4.790 habitantes, dos quais 2.623 do sexo masculino e 2.167 do sexo feminino. As ruas e as praças são apenas calçadas nos passeios junto às casas, mas o terreno é todo arenoso e enxuto...”

Nesses séculos inauguraram com o auxílio do imperador, a Santa Casa de Misericórdia, a Usina de Barcelos, propriedade do barão de mesmo nome; duas companhias de cabotagem, a Companhia da Valla Navegável do Sertão de Cassimbas, a Sociedade Beneficente dos Artistas, que constituiu em 1902 o Teatro de São João, Sociedade Marítima Beneficente, a Sociedade Musical e Carnavalesca Lira de Ouro e a Banda União dos Operários (1892) e a Lyra Democrata (1907), sucessoras das extintas Lyra de Ferro e Lyra de Ouro, e a Loja Maçônica Capitular Fidelidade e Virtude, datada de 24 de março de 1839.

O progresso que alcançou a cidade por essa época fez com que se instalassem os vice-consulados de Portugal, Espanha, Inglaterra, Baviera e Países Baixos, que cuidavam dos interesses de seus países em seu comércio com São João da Barra .

⁴⁹ Fernando Antonio Lobato, publicado no jornal São João da Barra, de 1º. a 15 de fevereiro de 2000.

As escolas aumentaram em número e qualidade, hotéis foram abertos, bilhares, padarias, alfaiatarias, barbearias, ferrarias, funilarias e tanoarias passaram a funcionar, movimentando o comércio da cidade, que chegou a contar com tipografias, ourives e relojoeiros, poleiros, açougues, sessenta lojas de tecido, sapatarias, mais de cinquenta de secos e molhados, seleiros, agências de aluguel de carros e serviços fúnebres, despachadores de embarcações, escritórios de exportação, boticários, seis estaleiros de construção naval, oficinas de calafates e trapiches, foguetarias, marcenarias, olarias, fábricas de charutos, cigarros, bebidas licores, lojas de macames e tintas fotógrafos e retratistas.

CONCLUSÃO

Quando diz que “*se existe algo que nos desagrada, vem do desejo de modificar*” Madalena FREIRE (2000) comenta, além das relações entre desejo e arte, a importância dos sonhos, utopias e fantasias como desejos que impulsionaram os homens a caminhar.

A razão primordial que levou a escrita desse texto que estamos concluindo foi o desagrado profundo pelo quadro sócio-econômico atual. Isso fez nascer o desejo de transformar o cenário social das comunidades de São João da Barra.

Esse desagrado, como decorrência da visível crise do capitalismo e do trabalho, é visto como uma tendência estrutural ao desemprego e à deteriorização da situação do mercado de trabalho, por vários analistas sociais que apontam as dificuldades da absorção de mão-de-obra pelo mercado globalizado, a destruição dos postos de trabalho, a diminuição da jornada de trabalho, a distribuição desigual do emprego e do aumento do subemprego como conseqüências dessa crise.

O reconhecimento de tais tendências no município de São João da Barra só fez crescer o desejo de buscar alternativas, buscar possibilidades, assim como novos espaços de luta por relações sociais democráticas e geradoras de críticas ao movimento desagregador do trabalho. Desde o início, sabíamos que os obstáculos seriam muitos, mas a ousadia nos impeliu a continuar, na medida que o desejo de “fazer acontecer” aumentava.

Como primeiro passo, selecionou-se a Economia Solidária como um desses caminhos, capaz de desenvolver atividades populares e/ou não populares que busquem, de forma gestonária autônoma e transformadora, a geração de renda e de trabalho, sem a otimização do lucro e sem o desenvolvimento da exclusão.

Em seguida, estabeleceu-se uma cumplicidade necessária entre economia e educação, acreditando-se na idéia de que o ato pedagógico é um ato político não desligado de projetos sociais mais amplos nem de uma concepção (no caso, libertadora) de homem e de sociedade.

Depois, concordou-se com Develay (1994) que “ *O projeto necessita, em primeiro lugar, explorar os possíveis, depois, cristalizar uma escolha, a seguir especificar o que se quer e o que se pode e, enfim, realizar, ou seja, passar à ação*”

Mas, uma ação inovadora corre o risco de andar em círculos, de cair no ativismo e esvaziar-se progressivamente de sentido, se o terreno não estiver preparado. Para um projeto fazer a diferença, ou seja, ser significativo, é necessário que ele se inscreva na “zona proximal”⁽⁵⁰⁾ dos principais atores envolvidos, seja capaz de penetrar em seus campos de consciência, (THURLER, 1998) e não se desenvolverem ações concomitantes de avaliação processual.

Sugere-se, portanto, que haja um programa de formação continuada dos atores integrantes do projeto para que possam, de acordo com o modelo de construção sugerido por Nóvoa, ⁽⁵¹⁾ (re)aprender a refletir e a criar uma *cultura do debate e da controvérsia* (Thurler) a fim de que cada um e o grupo como um todo consigam desenvolver ações e percepções que funcionem, ao mesmo tempo, como motores e bússolas da autonomia comunitária. Assim, poderão trabalhar em equipe, desenvolvendo a esfera da intersubjetividade, ampliando a capacidade de comunicação e de organização e possibilitando o exercício coletivo da reflexão crítica, a defesa de seus interesses e direitos e a consciência coletiva.

Sugere-se, também, que se estreitem as relações educação-trabalho, pois a educação deve adquirir um sentido multidimensional, deve configurar-se como um conceito político-educacional abrangente , integrando educação geral, formação técnica orientada para o trabalho específico e formação política e atender às reais necessidades dos atores comunitários.

⁵⁰ Para Vygostky (1987) a zona de desenvolvimento proximal é a zona intermediária entre o desenvolvimento real e o potencial do indivíduo; nela, já existem intuições, noções, conceitos, atitudes que precisam da ajuda do outro, em um momento interativo, para se concretizarem.

⁵¹ Nóvoa (1991) analisando e sintetizando os modelos de formação continuada dos professores , reúne-os em dois grandes grupos: (a) Os modelos estruturantes, organizados previamente a “partir de uma lógica de racionalidade científica e técnica, e aplicados a diversos grupos de professores.” . (b) Os modelos construtivistas que “ partem de uma reflexão contextualizada para a montagem dos dispositivos de formação continuada, no quadro de uma regulação permanente das práticas e dos processos de trabalho.” Amplia-se, aqui, o conceito para a formação dos atores comunitários além dos atores das escolas – partes integrantes do projeto.

Para Perrenoud (1999), avaliação é “ a abordagem global dos processos de regulação” e o conceito de regulação de um projeto se refere à verificação não só da manutenção de estados considerados estáveis e eficientes, como de toda a trajetória passo a passo. Parte do pressuposto de que há fatores intervenientes que alteram o que foi planejado antes, durante e depois de sua implementação. Essa verificação permitirá o detectar de desvios no momento preciso para a reformulação sem a quebra do dinamismo evolutivo do projeto.

Fica, portanto, mais uma sugestão: que se criem mecanismos de regulação ⁽⁵²⁾ contínua durante a implantação do projeto, tanto para a execução quanto para a atuação dos atores, pois

torna-se imprescindível enfatizar a necessidade do desenvolvimento da consciência da auto-regulação, ou seja, a capacidade de cada um para gerir seus projetos, seus progressos, suas estratégias diante de sua atuação, das tarefas e dos obstáculos.

Para efeitos de conclusão, pode-se dizer que acreditamos no projeto ora elaborado e que a postura dos seus agentes deve ser a de lutar por ele, defendendo-o de seus inimigos – a alienação, o conservadorismo, a ignorância, o poder das elites, entre outros.

O sociólogo português Boaventura de Souza e Santos costuma dizer que toda a idéia que ainda não se concretizou tem uma estranha semelhança com a utopia. Mas, embora ainda no papel, o projeto apresentado começou a se concretizar, pois já está em curso. Não é uma força única nem absoluta : outras possíveis respostas aparecerão, sem dúvida. Muitas questões ainda merecem ser analisadas e novas serão levantadas; o projeto sofrerá mudanças ,e será implementado em um movimento constante de ir e vir, de construção e desconstrução , de esperança e descrença.

Mas representa, no momento, a forma que foi encontrada para uma intervenção cidadã.

⁵² Para Allal (1983) os mecanismos vão desde a intuição, a observação até a instrumentação, dependendo do momento. Para ele a avaliação tem de ser eclética. Deve “legitimar a subjetividade quando ela é defensável e eficaz mas defender a instrumentação quando é indispensável em razão da complexidade e da ambigüidade da realidade. A questão não é teológica, mas prática”.

Carlos Drummond de Andrade aparece para expressar poeticamente o que se pensa :

A Porta da verdade estava aberta,
Mas só deixava passar
Meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
Porque cada metade trazia o perfil da meia verdade.
E sua Segunda metade
Voltava igualmente com meio perfil
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
Onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
Diferentes umas das outras.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela,
Nenhuma das duas partes era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
Seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

O nosso desejo é que o Projeto AGENDA possa cumprir sua trajetória transformadora, saindo do papel para se tornar realidade. Que cada um que optou por acreditar, independentemente das cegueiras das quais o poeta fala - capricho, ilusão, miopia – possam, pensar coletivamente os desafios do seu lugar e, assim, construir definitivamente uma nova história.